



III Legislatura  
IV Sessão Legislativa

Número: 88  
27 de Novembro de 1987

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**D I Á R I O**  
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

**Presidente:** Deputado Reis Leite  
**Secretários:** Deputados Manuel Goulart  
(substituído durante a Sessão pelo  
Deputado Hélio Pombo) e Jorge Magina (interino)

### SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15.00 horas.

No **Período da Ordem do Dia** deu-se continuidade à **apreciação das propostas do Plano e do Orçamento para 1988.**

Intervieram nos debates, a diverso título, os Srs. Deputados Carlos Mendonça (PS), Hélio Pombo (PS), Ramos Dias (CDS), João Carlos Macedo (PS), José Decq Mota (PCP), Alvarino Pinheiro (CDS), Carlos Teixeira (PSD), Carlos César (PS), António Silveira (PSD), Manuel Serpa (PS), Dionísio de Sousa (PS), Jorge Cruz (PSD), Jorge Cabral (PSD), Manuel Goulart (PS), Adelaide Teles (PSD), João Sousa Braga (PS), José Manuel Bettencourt (PS), Madruga da Costa (PSD), bem como os Srs. Secretários Regionais do Equipamento Social, Germano Domingos, da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima, da Administração Pública, António Menezes, e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral.

Os trabalhos terminaram às 20.00 horas.

**Presidente:** Srs. Deputados, pedia a vossa atenção para a chamada.

(Eram 15.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - António Silveira, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Flor de Lima, Gabriela Silva, João de Brito, João Vasco Paiva, Jorge Cabral, Jorge Cruz, Jorge Magina, José Carlos Simas, Cinelândia Sousa, Manuel Ávila, Mário Castro, Mário Freitas, Manuel Valadão, Reis Leite, Renato Moura; **PS** - Carlos César, Carlos Mendonça, João

Sousa Braga, Dionísio de Sousa, Francisco de Sousa, Hélio Pombo, Simas Santos, João Carlos Macedo, José Manuel Bettencourt, Paulo Teixeira, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita; **CDS** - Alvarino Pinheiro, José Ramos Dias; **PCP** - José Decq Mota).

**Presidente:** Estão presentes 35 Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos entrar na **Ordem do Dia** com a continuação da discussão das **propostas do Plano e do Orçamento para 1988.**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

**Secretário Regional do Equipamento Social** (Germano Domingos): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Com a apresentação do Plano/88, entramos na última etapa do Plano a Médio Prazo, que nesta Assembleia foi discutido e aprovado em Março de 85, isto é, há pouco mais de dois anos e meio mas que foi ajustado e ampliado nos Planos de 86 e 87.

Da discussão na generalidade, ressaltou que a oposição referiu sistematicamente que nada se fez para dinamizar os sectores produtivo e económico. Da parte que nos toca, estamos em profundo desacordo, pois as obras públicas totalizaram mais de 9 milhões de contos só em 87, e as que a Secretaria Regional do Equipamento Social se propõe realizar em 1988, rondam os 12 milhões de contos, repito 12 milhões de contos, que certamente são motor de dinamização, já que a construção civil em qualquer país, é um factor primordial, para criar a montante e a jusante novos postos de trabalho, novas indústrias, dinamizar o comércio e proporcionar novos desafios à iniciativa privada.

Além do desenvolvimento económico que se pretende para a nossa Região Autónoma, temos sempre presente a melhoria das condições de vida das nossas populações, logo as infraestruturas para a saúde, as escolas, recintos desportivos, estradas, portos, aeroportos e habitação têm vindo a contribuir para essa finalidade, pelo que continuaremos a realizar mais e melhor.

Passarei a tratar, embora resumidamente, pois não caberia nesta curta intervenção abordar todos os assuntos, apenas alguns aspectos sectoriais.

No urbanismo temos vindo a entregar às Autarquias planos de urbanização e estão vários em curso com especial relevo para o da cidade de Ponta Delgada que virá contribuir decisivamente para melhorar a qualidade de vida na mais populosa cidade açoriana, onde residem os maiores problemas de toda a ordem.

Quanto ao ambiente, temos desencadeado acções de sensibilização e combate a todas as formas de poluição. A melhoria no tratamento das nossas estradas com a restauração dos "cantões", a limpeza sistemática de sucata e lixos abandonados e o tratamento quanto à segurança, limpeza e acesso aos nossos miradoiros, é um facto confirmado e de melhoria do ambiente. Está adjudicado o estudo do tratamento dos lixos na Ilha de S. Miguel e encetámos apoio técnico para solucionar um problema grave na Ilha do Pico. Isto é uma boa notícia para a Comissão dos Assuntos Políticos e Administrativos que já há mais de um ano vinha reclamando a solução deste assunto. Temos acções em desenvolvimento no Monte da Guia, na Lagoa das Sete Cidades, no Jardim Botâni-

co de São Lourenço, onde várias entidades ligadas a Jardins Botânicos da Alemanha, Suécia, França e Dinamarca, que nos têm visitado, têm manifestado interesse especial pela acção ali empreendida.

Estamos inseridos no grande projecto europeu CORINE, que pretende conservar a natureza na Europa e que considerou, motivado por esforços realizados pelo Governo Regional, todas as nossas ilhas abrangidas por esse programa, estando a ser recolhidos dados que são fornecidos ao Centro de Bruxelas, estando previsto um terminal computadorizado para ser instalado na Região.

A partir daí teremos uma definição sobre a política de ambiente a ser seguida e a criação do Sistema Regional de Áreas Protegidas e sua interligação ao sistema Nacional e Europeu.

Quanto às áreas protegidas, muito há a fazer mas para podermos intervir nalgumas de maior importância e que se vinham degradando o Governo adquiriu recentemente o Pinhal da Paz que vai ser recuperado de imediato; está em curso a expropriação da Caldeira Velha na Ribeira Grande e em negociação a aquisição do Ilhéu de Vila Franca. (Esta resposta também agradecerá à Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros e a muitos dos Srs. Deputados que têm referido aqui estes problemas).

Quanto aos recursos hídricos, que têm importância fundamental para a melhoria da qualidade de vida e ainda para o melhoramento animal e influência na qualidade dos produtos derivados, temos vindo a realizar estudos integrados nalgumas ilhas, a proteger várias nascentes e está adjudicado pela quantia de 11 mil contos ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil um estudo complexo para a Ilha de S. Miguel que será uma experiência-piloto a ser seguida nas outras ilhas da Região, e sem o qual não é possível fazer-se uma gestão racional desses recursos.

Quanto à habitação, temos continuado a desenvolver a bom ritmo os programas tradicionais e procurado soluções novas com alguns resultados práticos já evidentes. Ainda há pouco tempo o Governo publicou em todos os jornais da Região a intenção, que já tinha sido manifestada por mim a muitos Srs. Deputados e às Comissões desta Assembleia, de adquirir habitações, mesmo que em ruínas, para podermos recuperá-las para as atribuímos às pessoas mais carenciadas.

Tínhamos um duplo efeito: em primeiro lugar dar um tecto a quem precisa, mas também recuperar a fisionomia e a traça tão característica das nossas vilas e freguesias.

Esta primeira tentativa não foi muito bem sucedida: apareceram pessoas com preços exorbitantes - talvez não tenham percebido bem a filosofia do programa. No entanto repetimos, de uma forma mais simples, mais directa, através das Juntas de Freguesia, e foi assim que conseguimos já,

com resultados evidentes, adquirir um certo número de casas - estão em aquisição cerca de 41 fogos para serem recuperados e entregues às tais famílias das chamadas "bolsas de pobreza".

Nalgumas zonas mantém-se uma elevada procura, enquanto que noutras, tanto o programa de auto-construção como o de recuperação de habitações degradadas estão em declínio, o que prova que os problemas têm sido resolvidos. No entanto vamos investir mais na habitação degradada pois aumentámos de 376 000 contos em 87 para 585 000 contos em 88 e manteremos a verba de 500 000 contos para a auto-construção. Houve alguns atrasos no levantamento de infraestruturas de alguns loteamentos dos 38 existentes na Região, destinados à auto-construção, como à frente se explicará. Contudo, têm sido gratificantes as referências elogiosas feitas através dos Órgãos de Comunicação Social do Continente e ainda as referidas pela Comissão Nacional no relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, após visita aos Distritos do Continente e à nossa Região onde o confronto é favorável aos Açores.

Para a habitação o Plano/88 está dotado com mais de 200.000 contos. Já o disse e repito que os números respeitantes à habitação têm um nome porque os dados são obtidos através de fichas individuais. Sendo um problema para qualquer Governo, podemos afirmar que nesse domínio o saldo é francamente positivo com cerca de 6 000 intervenções levadas a cabo no sector cuja realização plena ultrapassa os 80% estando as restantes acções em curso. Na habitação degradada temos 2 703 intervenções e na auto-construção 2 105. Realojamento 263. Custos controlados 114. Acções derivadas de temporais 350. Intervenções especiais na Ribeira Quente e Água de Pau 163. Cooperativas 218. Famílias em desequilíbrio sócio-económico na Ilha de S. Miguel 80. Continuaremos na procura de novas e melhores soluções para alargar o leque por forma a atingir o nosso objectivo de uma casa condigna para cada família açoriana.

No sector das estradas, temos vindo a realizar um grande esforço de recuperação e apesar de termos que enfrentar um ano de estragos consecutivos devido a temporais e obras de saneamento básico, podemos mostrar, porque está à vista, o grande trabalho realizado e em curso de uma rede de estradas regionais superior a 1 000 kms, mais de 400 encontravam-se em mau estado, e foram recuperados cerca de metade.

Foi recentemente aprovado por unanimidade pela Câmara de Ponta Delgada e pelo Governo, o projecto do prolongamento da Avenida Marginal e saída Leste de Ponta Delgada, cujo concurso público internacional será lançado brevemente.

Está autorizada a abertura de concurso da

ligação do porto de Ponta Delgada à Avenida Príncipe de Mónaco e já começaram os trabalhos da ligação desta à actual aerogare do aeroporto.

Desenvolve-se o projecto da circular envolvente a Ponta Delgada. Foi lançada a concurso a correcção e pavimentação da Estrada Regional Vila Franca-Furnas e brevemente irá a concurso um troço da variante à Ribeira Grande que servirá o Parque Industrial.

Estão adjudicadas as empreitadas de Cinco Ribeiras a Santa Bárbara e Barraca-Quatro Canadas na via rápida Angra-Praia, tendo já sido iniciados os trabalhos. Estão completas as expropriações e vai ser lançado o concurso da circular envolvente à cidade de Angra. Está adjudicada a correcção e pavimentação da Estrada Regional 1-1ª na Horta que vai servir as Angústias e a zona do Hospital e zona dos Flamengos. Isto só para referir as grandes obras que servem as maiores zonas urbanas, já que em todas as ilhas, não esquecendo o Corvo, se realizam obras nos troços mais degradados, bem como se melhoram as condições de segurança, através de sinalização vertical e horizontal, retirada de obstáculos incluindo algumas habitações devidamente implantadas, e melhoria dos entroncamentos dos ramais nas Estradas Regionais que constituem por vezes zonas de elevado risco. Para libertar os Serviços para as obras de conservação e reparação, e ainda para acelerar as novas construções, temos optado pelas empreitadas, pois o desenvolvimento económico passa por uma boa rede viária, onde a segurança, a comodidade e os efeitos do desgaste do material circulante, têm que ser atenuados e reduzidos ao mínimo. É um grande investimento, cuja grande rentabilidade é totalmente reconhecida em todo o mundo, embora de quantificação difícil.

Inscrevemos uma verba para calamidades e estragos, que não sendo grande, foi a possível, e que está comprometida com trabalhos ainda em curso nalgumas autarquias referentes aos temporais do ano passado, e para outras que já neste ano foram atingidas. É o nosso destino reparar o que os cataclismos destroem, mas temos dado provas de não desanimar e de capacidade de resposta já que reconstruímos mais de 150 aquedutos alguns de grandes dimensões, muros e açudes de ribeiras, estradas, habitações, tendo como corolário máximo as pontes do Nordeste e a recuperação total do porto de Santa Maria.

Não quero deixar passar a oportunidade de estar presente na tribuna mais representativa da nossa Autonomia, para manifestar o mais profundo reconhecimento a todos, desde o mais humilde ao mais categorizado servidor da Região, pelo muito sacrifício e empenhamento de que deram provas, para que em apenas um ano fosse possível programar, projectar e reconstruir o nosso património tão duramente atingido por sucessivas

calamidades.

Foram anos cheios de dificuldades com que não contávamos, mas que foram ultrapassadas embora com o reconhecimento de alguns atrasos perfeitamente justificáveis. Basta referir, que devido aos vários e sucessivos temporais tivemos que realizar um orçamento suplementar e imprevisto de quase 1 000 000 contos, em paralelo com o programado.

Enfrentámos toda uma mudança de legislação no sector das obras públicas, que conduziu à alteração dos cadernos de encargos que tiveram que ser reformulados, tivemos que nos adaptar a novos trâmites burocráticos, caso da entrada em vigor do Tribunal de Contas e modo de aplicação do IVA entretanto já novamente alterado, que nos obrigou a atrasar várias obras já adjudicadas, nova metodologia de trabalho para apresentação de projectos e lançamento de concursos internacionais para obras financiadas pela CEE. Tivemos ainda alguns atrasos na dificuldade de aquisição de terrenos por expropriação ou porque resolvemos alterar projectos das escolas e estradas para se adequarem melhor à nossa Região e ao seu futuro.

Além de todos estes factos indesmentíveis, convém esclarecer que nos anos anteriores logo que uma obra era adjudicada fazia-se a consignação e poderia processar-se a facturação dando-se início à obra e o contrato corria os seus trâmites até à assinatura. Pela alteração à lei os processamentos só podem ser efectuados após a assinatura do contrato e consignação, daí a dificuldade acrescida de se arrancar com as obras.

A capacidade de realização, embora afectada por todos estes factores, que não foram poucos, só se poderá aferir no final de Dezembro, já que, como sempre acontece, nos últimos dois meses de cada ano os pagamentos assumem um papel de relevo, motivado pela pressa em receber e em pagar, evitando cair-se em despesas de anos económicos findos, morosos de solucionar.

A maior parte do trabalho burocrático está ultrapassado e os contratos em assinatura, pelo que vamos assistir, no início de Janeiro e ainda em Dezembro, ao arranque de mais de 25 obras, algumas de grande interesse regional, para contentamento dos Srs. Deputados da oposição e ainda mais dos Srs. Deputados da maioria e, o que mais interessa, das nossas populações.

Uns após outros, vão sendo cumpridos os projectos que aqui têm sido discutidos e aprovados. Estamos animados do mesmo propósito de bem servir as nossas gentes e a nossa terra.

É justo reconhecer o apoio, quer efectivo, quer crítico, que nos tem sido dado por todos os Srs. Deputados presentes.

Continuaremos como até aqui a contar com ele, porque é a forma segura de em Democracia

e Autonomia estarmos a servir o povo açoriano.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional, Sr. Secretário Regional do Equipamento Social:

Ouvi atentamente a sua serena intervenção e congratulo-me com um aspecto muito particular: pela coragem que o Sr. Secretário Regional teve de assumir o atraso verificado na regulamentação dos diversos diplomas que têm sido aprovados nesta Câmara, no que se prende com zonas protegidas - o Sr. Secretário teve, de facto, a frontalidade de reconhecer o atraso na regulamentação.

Queria dizer tão só, por certo V. Ex<sup>a</sup> conhece- rá o boletim nº 1 publicado pela Casa Etnográfica de Santa Cruz da Graciosa, o qual contém um excelente trabalho por pessoa bastante autorizada na matéria, em que faz realmente uma análise ao que eu acabei de referir. E a minha pergunta é a seguinte:

No dia 2 de Abril de 1985, no comunicado do Governo emanado na reunião que teve em Santa Cruz da Graciosa, foi deliberado classificar como zona protegida as zonas da Barra e Monte da Ajuda - e que indiscutivelmente são zonas de alto merecimento para tal facto.

Um ano e meio, pelo menos, é já decorrido. Não tenho conhecimento de que o decreto tenha surgido. Penso mesmo que não surgiu: a única coisa que está em tramitação processual neste momento, é a que se refere, no âmbito da Secretaria da Educação e Cultura, à zona urbana de Santa Cruz da Graciosa.

Pergunto:

- Para quando surgirá, para já, o decreto das zonas protegidas da Barra em Santa Cruz da Graciosa?

**Presidente:** Também para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

**Deputado Hélio Pombo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Equipamento Social:

O Sr. Secretário durante a sua exposição falou em obras de grande vulto e que, muitas vezes, são feitas em zonas de grande risco.

Como o Sr. Secretário conhece, a zona de acesso ao Caldeirão tem, em quase toda a ela, zonas de risco. Eu não conheço os termos em que foi adjudicado o asfaltamento daquela estrada, mas a minha pergunta concreta é a seguinte:

- Será possível para 1988 fazer-se o alargamento da estrada ao mesmo tempo que se faz o seu asfaltamento? É que aquilo é uma estrada extremamente estreita, está-se a gastar o dinheiro

a asfaltá-la e com terrenos que não são de ninguém, portanto sem o mais pequeno problema, relativamente, ela podia ser alargada 1 ou 2 metros sem prejudicar ninguém, e isso iria tornar completamente diferente o tráfego numa estrada daquela género.

Muito obrigado.

**Presidente:** Também para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Dias.

**Deputado Ramos Dias (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

A habitação própria é um desejo justo e uma necessidade prioritária de todo o povo.

Na Ilha das Flores, grande parte da população também se debate com o problema da falta de habitação. Sei que há pessoas candidatas à auto-construção e que aguardam o desencadear do processo de expropriação para utilidade pública.

- Não será possível ao Sr. Secretário desencadear todos os mecanismos necessários para que ainda no próximo ano, muito especialmente no Concelho das Lajes das Flores na zona que vai do centro da Vila ao tanque da Rádio Naval, ou em Santa Cruz das Flores naquela zona que fica na rua da Esperança à beira-mar, para que esses lotes de terreno fiquem disponíveis para que os candidatos possam, o mais rapidamente possível, ver iniciadas as suas obras?

Muito obrigado.

**Presidente:** Também para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

**Deputado João Carlos Macedo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Não me recordo bem se o Sr. Secretário chegou a referir-se ao processo que está em curso no plano de urbanização de Ponta Delgada e arredores. Sei, porém, que essa é uma das preocupações da Secretaria Regional do Equipamento Social e principalmente da Câmara de Ponta Delgada, visto que é uma cidade que, como se sabe, está a sofrer grandes atrofiamientos no seu desenvolvimento por falta de instrumentos reguladores globais que permitam inserir as várias iniciativas de natureza privada que têm sido levadas a cabo nos últimos anos.

Assim, desejava perguntar ao Sr. Secretário se, no decurso deste Plano, está prevista a colaboração, não à posteriori, mas na própria elaboração do Plano das autarquias e nomeadamente das Juntas de Freguesia suburbanas.

Em segundo lugar, queria pedir ao Sr. Secretário que intervenha junto dos seus serviços no tocante a alguns problemas que não correm com a tramitação desejável e provocam, de certo modo e com desagrado para todos nós, porque isto não beneficia ninguém, o descrédito dos

serviços e a descrença das populações e, enfim, são situações que vale a pena corrigir.

Os números que apresentou relativos à auto-construção e à habitação degradada, são números importantes e revelam que, realmente, está a ser feito um esforço importante nesses sectores mas, não se sabe bem porquê, há determinadas zonas consideradas sensíveis nesse aspecto da habitação que não têm sido muito felizes na resolução desse tipo de problemas.

Não tenho por hábito trazer para aqui problemas da freguesia onde moro, mas também não faz mal nenhum que os traga. A freguesia da Fajã de Baixo tem atribuídos anualmente 7 casos de habitação degradada. Acontece é que, sem que aparentemente isso tenha qualquer explicação plausível, dos casos atribuídos em 1986, até agora só foram atendidos 2, e dos de 1987 ainda não foi atendido nenhum.

Além disso, nota-se um prolongamento excessivo da implantação do projecto relativo à auto-construção. Realmente não é fácil de aceitar isso para uma zona que tem apenas 35% da população natural de lá e que, portanto, é uma zona fortemente influenciada pelo afluxo de pessoas que vêm de toda a ilha procurando uma habitação próxima da cidade.

Eu não vou pedir ao Sr. Secretário que me explique por que é que isto acontece, porque só vendo os processos um a um é que poderia fazê-lo. O que eu penso é que é necessária realmente a sua intervenção pessoal nesses casos porque parece-me que, às vezes, há figuras de 2ª linha que gostam de arquivar os processos nas gavetas e isso também compromete o Governo, de certo modo - desnecessariamente, a meu ver.

Muito obrigado.

**Presidente:** Também para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de pedir um favor ao Sr. Secretário Regional do Equipamento Social: era se pudesse adiantar alguma coisa sobre as medidas previstas, e de alguma forma anunciadas ou referidas em mais de uma ocasião, no que respeita à recuperação do chamado "Bairro de Pescadores da Lagoa", que já foi motivo de várias intervenções aqui e até de uma intervenção da Comissão dos Assuntos Sociais.

Agradecia-lhe que, se pudesse, me desse uma informação, em concreto, sobre isso.

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tem a palavra também para pedidos de esclarecimento.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros

do Governo:

Em primeiro lugar para fazer uma pequena correcção, sob o nosso ponto de vista, a uma forma como o Sr. Secretário iniciou a sua intervenção, referindo que a oposição costuma dizer sistematicamente aqui que "nada se fez", isso em contraponto com a sua opinião, um pouco para deixar a ideia de que muito se tem feito ou de que tudo está feito.

Naquilo que nos toca, queremos corrigir essa interpretação porque ela fundamenta-se em princípios de que "ou comigo ou contra mim" e a nossa postura aqui tem sido efectivamente diversa e, apesar de tentarmos estar em cima da actuação governamental, e no que toca a essa Secretaria, pautamo-nos sobretudo, eu diria, por uma crítica, mas uma crítica construtiva.

A prova disso é que, inclusivamente, muitos dos projectos que agora são objecto da nossa análise, resultam também de insistências nossas, e de outros elementos nesta Casa, ao longo destes anos. Por conseguinte, a nossa óptica - e têmo-lo repetido - é de que efectivamente reconhecemos aquilo que tem sido feito, aplaudimos o que tem sido bem feito e, obviamente, estamos dispostos a denunciar e a criticar aquilo que, sob o nosso ponto de vista, não tem sido bem feito ou não tem sido mesmo feito.

Relativamente ao programa de estradas, impõe-se-nos fazer os seguintes reparos e perguntas:

Como é notório, a informação contida no documento do Plano e do seu Anexo é um dos casos em que nós classificamos de manifestamente insuficiente. Basta ver, em relação a anos anteriores, essa lista - e estou-me cingindo ao caso da Terceira, por exemplo, que é o que conheço melhor - de acções a desenvolver no programa de estradas regionais: tem aqui 5 acções referidas com a mera designação da estrada, o que já aconteceu o ano passado, há 2 anos e há casos de 3, 4 e 5 anos.

O que nos incumbe aqui é, mais uma vez, e com este exemplo, fazer um apelo ao Governo para que abandone esse tipo de tratamento e que inclua, nos documentos a apresentar a esta Casa, um mínimo de informação que nos permita, por um lado, ter conhecimento do que é que está feito e, sobretudo, do que é que se pretende fazer no futuro.

Quanto ao que está feito, pode-me remeter para os Relatórios de Execução. Muito bem! Aceito, em parte, essa justificação, mas sobre isso também já falámos e todos nós sabemos que, infelizmente, os Relatórios de Execução, nalguns domínios, têm andado atrasados no que toca ao Plano - e este ano foi o caso disso - apesar do esforço do Sr. Secretário Regional das Finanças (que louvamos) de, ainda durante esta Sessão, nos fazer entrega de documentos, enfim, com

boa vontade, mas isso, sob o nosso ponto de vista, não nos liberta de fazermos um esforço para que esses documentos apareçam a tempo e horas.

Logo, o Plano em si não seria descabido que trouxesse melhor informação. E tanto é que o Sr. Secretário, na sua intervenção, teve a oportunidade de, pelo menos em relação a dois desses projectos, ter dado informação útil, informação que, para já, me liberta de fazer qualquer pergunta sobre os mesmos; o que me obriga, por outro lado, a fazer sobre os restantes e que se prende, nomeadamente, com a calendarização possível relativamente ao projecto designado S. Sebastião/Cabo da Praia; ao projecto de ligação rodoviária Angra do Heroísmo/Praia da Vitória e o mesmo em relação a Porto Judeu/S. Sebastião.

Trata-se de três obras que podemos classificar de "obras de Santa Engrácia" por razões também mais ou menos conhecidas - o caso de S. Sebastião/Cabo da Praia - mas cujo problema que seria o abastecimento de água está resolvido como nós sabemos.

Portanto, ficamos com a esperança de que se avance rapidamente para a conclusão desse projecto, alertando ainda que parece-nos haver nalgumas zonas - caso do Caminho do Meio, por exemplo - algumas casas que vão eventualmente ser expropriadas porque continuam a interferir com o traçado do novo projecto. Gostaríamos de uma informação adicional sobre esses projectos.

Manifestámos também - porque é altura disso - a nossa apreensão relativamente ao ritmo de execução que tem sido imprimido à ligação Angra/Praia da Vitória. Se nós considerarmos os anos que foram necessários passar para avançar-se com os primeiros 9 km., e se o ritmo se mantiver, consideramos preocupante a evolução da ligação rodoviária Angra/Praia - de resto, isso tem ligação com a questão do porto e, inclusivamente, com a própria utilização intensa de que essa via está a ser sujeita e, inclusivamente ainda, com as obras de saneamento básico que estão a ter lugar no chamado Caminho de Baixo/Angra/Praia com as freguesias e, como é do conhecimento de muitos de nós, neste momento impede a normal circulação de Angra/Praia - nomeadamente aeroporto - por essa via. Logo, a densidade de tráfego da nova via justifica perfeitamente uma aceleração.

Finalmente, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário, no que respeita a saneamento básico - uma vez que o referiu - se é objectivo da sua Secretaria efectuar, por administração directa, as obras de saneamento básico de Arrifes e Furnas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira para pedidos de esclarecimento.

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho duas ou três perguntas para fazer ao Sr. Secretário do Equipamento Social. Devo dizer que vou fazer essas perguntas, mais para que fiquem registadas nos Diários da Assembleia, do que propriamente uma resposta que eu pessoalmente pretenda, na medida em que eu, como deputado da maioria, como deputado responsável pela maioria que suporta o Governo, com certeza que já sei como é que vão as questões que vou pôr.

De qualquer maneira parece-me que é importante que estas coisas fiquem registadas nesta Assembleia e, por isso, as vou pôr para que se não diga que, efectivamente, a maioria está a fazer perguntas para as quais já sabe as respostas.

Pois bem: eu sei as respostas! No entanto, parece-me que elas devem ficar registadas.

As perguntas que tenho a fazer ao Sr. Secretário são as seguintes:

Nós temos um projecto no Plano para 88 que já se alonga ao longo de 8 anos sem que efectivamente tenha tido alguma evolução: trata-se da saída leste de Ponta Delgada.

O Sr. Secretário, na sua intervenção, já disse em que ponto se encontrava o projecto referente a esse projecto. No entanto a pergunta que lhe faço é muito concreta:

- Quando é que pensa o Sr. Secretário que terão início as obras da saída leste de Ponta Delgada?

A outra pergunta que queria fazer diz respeito ao plano director do aeroporto de Ponta Delgada.

O aeroporto de Ponta Delgada está realmente a chegar à sua fase final. Foi um dos projectos em que o Governo teve um grande cuidado e conseguiu, dentro dos prazos previstos no Plano, que andasse por diante. No entanto, há uma questão que se levanta: é que ter um aeroporto sem que a aerogare e os acessos estejam perfeitamente sintonizados quando esta pista estiver pronta, não sei para que é que serve.

A pergunta que faço é a seguinte:

- Quando é que se prevê que esteja completo o plano director do aeroporto de Ponta Delgada?

Também queria perguntar ao Sr. Secretário o que é que se passa com o Bairro de Pescadores da Lagoa, ou seja, qual é a perspectiva do Governo em relação a essa matéria. Esta pergunta já foi feita pelo Sr. Deputado Decq Mota, de forma que não vou repeti-la.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Espero que a fiscalização dessas obras do Equipamento Social seja bem feita...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Não têm novas normas?!

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** Nós fazemos isso sempre!

**O Orador:** Nós quem? O PSD ou a empresa?

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** O Deputado Carlos Teixeira responde como tal aqui dentro!

**O Orador:** Ah!

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** Mas além de estar aqui dentro sabe fazer alguma coisa lá fora!

**O Orador:** Muito bem! Neste caso estamos em igualdade de circunstâncias!

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** O Sr. talvez não!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional do Equipamento Social:

É um pedido de esclarecimento curto e um outro pedido de esclarecimento que é simultaneamente uma informação à Câmara.

O Partido Socialista vai apresentar, no âmbito da alguns dos programas que têm a ver com a superintendência da Secretaria Regional do Equipamento Social, alguns reforços de verbas, nomeadamente quanto ao Programa 23, onde acha que pode e deve estar inserida a dotação prevista para o saneamento básico das Furnas, Arrifes e também Sete Cidades. Foi por isso que incluiu essa verba de 500 mil contos.

Também proporá um reforço de verbas no âmbito do Programa 56, incluindo aí as vias de acesso à cidade de Ponta Delgada, cuja premência é grande, e que constitui, na sua fase primeira, uma reivindicação de autarcas do Partido Socialista.

Proporá também um reforço no âmbito do Programa de Urbanismo e Ambiente, no que toca à preservação de reservas de interesse e seu equipamento e à recuperação de zonas degradadas, cuja verba nos parece insuficiente já que, tendo sido gasta toda a verba do mesmo programa do ano de 1987 com os resultados negativos que são conhecidos e com as insuficiências que aqui foram trazidas pelo próprio autor potencial da sua execução - o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social - nós entendemos que há, de facto, absoluta necessidade de tornar prioritário um investimento nesse sector para contrapartida, por exemplo, ao da recuperação do património arquitectónico que se encontrava previsto no Programa 66 e no "Programa Especial para a Ilha de S. Miguel".

Além destas considerações, que funcionam em termos informativos mas que também poderão constituir, se o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social assim o desejar, pedidos de esclarecimento indirectos, eu tinha apenas uma pergunta a formular ao Sr. Secretário, que penso que tem a ver com a forma como eventualmente se tratam as questões de ambiente que serão, de resto, aqui trazidas a esta Assembleia, ainda no decorrer de hoje, através de uma intervenção

de um deputado do Partido Socialista.

Mas a pergunta é apenas esta:

- Quando é que vai ser nomeado o Director Regional do Ambiente, lugar que se encontra, creio eu, vago há algum tempo? Por quanto tempo é que esta pausa se verificará? V. Ex.<sup>a</sup> não concorda comigo, ou pelo menos não me perdoa, se lhe disser que a ausência de um Director Regional do Ambiente efectivamente não tem sido notada, o que tem algo a ver com a forma como as diversas acções do Governo são concatenadas em termos de ambiente e preservação da qualidade de vida?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

**Deputado António Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional do Equipamento Social:

Algumas perguntas pontuais sobre a área da sua Secretaria.

A primeira relaciona-se com o acesso à Vila das Velas, e é a seguinte:

- A Secretaria prevê que, a breve prazo, se possa fazer a substituição do empedrado aí existente e que tem causado já alguns acidentes, substituindo-o por macadame?

A segunda pergunta é a seguinte:

- Para quando se prevê a conclusão do projecto da variante Urzelina/Manadas?

A terceira questão, embora possa não ter muito a ver com uma discussão na especialidade, quanto a mim tem, e prende-se com a Lei Orgânica da sua Secretaria.

Os nossos Serviços sentem dificuldades por não terem ainda uma autonomia, que seria desejável, a fim de algumas obras terem um avanço mais rápido - o que seria possível se essa autonomia existisse.

Pergunto-lhe:

- Prevê para breve essa Lei Orgânica?

A outra, se me permite, era uma sugestão para o Projecto 56.4 acerca da aquisição de maquinaria: espero realmente, e devido ao estado de degradação em que se encontra o equipamento da Divisão de Obras Públicas de S. Jorge, que parte substancial dessa verba seja empregue na aquisição de novos equipamentos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa também para pedidos de esclarecimento.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Equipamento Social:

Muito brevemente. Antes de mais queria pedir-lhe desculpa mas, de facto, quando falou do ambiente e do problema gravoso do Pico, apontou uma solução que eu não percebi porque foi dita

muito baixinho.

Queria perguntar-lhe se há alguma solução e, em caso afirmativo, para quando.

Aproveitaria também a ocasião para lhe perguntar em que pé estão os estudos que visam a protecção da orla marítima das Lajes do Pico.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social para prestar os esclarecimentos pedidos.

**Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vamos lá ver se eu terei capacidade de responder a tantas e variadas questões porque, normalmente, essas questões têm o seu suporte em elementos escritos que eu não tenho aqui à mão. Mas, enfim, procurarei dar as respostas o melhor que souber e puder, e as que não ficarem aqui totalmente esclarecidas, na primeira oportunidade serão prestados esses esclarecimentos.

O Sr. Deputado Carlos Mendonça falou na questão da Barra e Monte da Ajuda. De facto tem razão: o tempo decorreu! Também já foi dito aqui - e eu fui o primeiro a dizê-lo - por motivos vários e motivos mais - neste caso - de falta de recursos humanos e as alterações em pessoas que tratam dos assuntos que por sua vez são substituídas, foi-se atrasando este caso, mas ele está na mão de um jurista para ser elaborado - e tão depressa quanto possível, como é nosso desejo, tanto quanto do Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Hélio Pombo falou-me na estrada do Caldeirão.

Felizmente, estamos a trabalhar bem em todas as ilhas, incluindo o Corvo. É uma obra que era reclamada há muitos anos e, como o Sr. Deputado sabe, começámos a asfaldagem lentamente porque o período de trabalhar no Corvo é muito curto, porque não há empreiteiros e, além disso, é muito difícil ir para lá o equipamento, mas a obra está a decorrer.

Quanto a alargamentos, como o Sr. Deputado também sabe, ela não tem um perfil contínuo porque há umas zonas que são mais largas e, assim, vai-se aproveitando as tais sobras, mas o tratamento do Corvo terá que ser dado, como já vamos dando nalgumas das nossas ilhas, com guardas de segurança, como se utiliza em qualquer país civilizado, para que as pessoas não caiam nos precipícios das estradas. Se formos alargar mais a estrada, vai melhorar certamente para quando passarem duas viaturas. Simplesmente o trânsito não é tão intenso como isso e há outro risco que se corre sempre mesmo com a estrada larga: de poder ir parar lá em baixo! Logo, uma guarda de segurança vai resolver muito melhor o problema do Corvo e está previsto também colocar guardas de segurança nas zonas mais



diffíceis e mais complicadas do traçado - aliás como estamos a fazer já noutras ilhas.

O Sr. Deputado Ramos Dias trouxe aqui o problema da habitação.

Eu parece-me que expliquei há bocado, mas talvez mal, porque já ouvi Srs. Deputados - depois de eu ter justificado com toda a lealdade, com toda a franqueza, os atrasos que houve em várias obras - me fazerem perguntas, o que me leva a pensar que talvez não me tenha explicado bem. Eu elenquei 4 ou 5 questões, podia ter elencado mais, mas, enfim, aquelas são as que qualquer Governo - como me disseram aí dessas bancadas no outro dia - faria como nós fizemos.

Pois bem, se fossem fazer o que nós fizemos, também apanhavam com uma lei da República, porque o partido que está lá é o mesmo, salvo erro - a não ser que fosse outro que tivesse outras legislações, outra lei qualquer - mas também apanhavam com tudo o que nós temos apanhado, como sejam, os temporais, a não ser que os afastassem, mas julgo que não. Parece-me que aí estamos entendidos.

Mas, Sr. Deputado Ramos Dias, aqui está outro caso concreto: levámos 3 anos, com a "paciência de Jó", para que um diferendo entre a Região Autónoma dos Açores e a República fosse resolvido - a nosso favor, felizmente - fora a questão, como sabem, em que eu exigia uma publicação do Diário da República para o Jornal Oficial, e agora, depois dos Srs. Meritíssimos Juizes terem chegado a acordo a nosso favor (tínhamos razão neste caso, noutros não teremos) e agora, dizia, o processo está a desencadear-se normalmente. Houve um processo que caducou em prazo, como sabem - e o Sr. Deputado deve conhecer bem o caso das Lajes e de Santa Cruz - e, assim, estamos a reformular todo o projecto e, agora, com a simples publicação no Jornal Oficial seguem, como têm seguido, os tais 38 loteamentos que existem na Região, muitos deles já completos, passando-se o mesmo em relação às Flores.

Quanto ao Sr. Deputado João Carlos Macedo, devo dizer que não referi o processo de urbanização de Ponta Delgada, mas refere-se ao "projecto de urbanização de Ponta Delgada e zonas envolventes ou periféricas" - aliás, foi assim que foi adjudicado. Logo, toda aquela zona periférica a Ponta Delgada vai ser ouvida com as autarquias. Além disso, vai ser nomeado um conjunto de pessoas de idoneidade reconhecida - como foi dito na altura também - para acompanharem o projecto, não se limitando apenas aos serviços. Há um gabinete que vai ser montado em Ponta Delgada - exigimos isso no nosso contrato - para que não andassem de fora a ver o que cá se passava, ou então virem cá num avião para voltar noutro, ajudar-nos (muitas vezes não ajudam nada!) a tratar de orçamentos ou planos ou outra coisa

qualquer.

Assim, nós exigimos que ficasse instalado em Ponta Delgada esse gabinete, para estar ali presentemente e até se aperceber da vivência das pessoas, de como é que se vive aqui nas nossas ilhas, se de uma maneira melhor ou pior nos centros urbanos ou não.

Falou-me também num problema que me surpreende, porque não há razão de ser: que é o problema da habitação degradada na Fajã de Baixo.

Eu já tive ocasião de visitar a Fajã de Baixo com o Sr. Deputado - mais de uma vez, salvo erro. Há realmente uns problemas de difícil resolução que julgo que (agora sim!) vão ser resolvidos com este apoio, com este reforço de verba. Não era propriamente uma questão de falta de verba mas, sim, a questão da dificuldade em encontrar situações onde existem inquilinos, senhorios, etc.. É uma situação complicada, difícil para que se faça justiça, como toda a gente sabe. Julgo, porém, que essa situação de 3 ou 4 fogos pontuais que existem - e é para isso que foi criado um programa - têm que ser resolvidos na Fajã de Baixo e noutros locais. Mas eu estranhei muito, porque nós pedimos precisamente em S. Miguel, devido ao dinamismo dos Serviços de Habitação, a todas as freguesias - não sei se foi à sua, mas julgo que devia ter sido (há 15 dias ou 3 semanas) - que apresentassem outros casos, além dos que estavam inscritos. Estranho muito que a Fajã de Baixo não tenha sido ouvida. Vou averiguar. Não sei se me poderá responder se sim ou não.

**Deputado João Carlos Macedo (PS):** Eu queria dizer mais qualquer coisa sobre isso. Talvez tenha interesse para a resposta do Sr. Secretário.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

**Deputado João Carlos Macedo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional do Equipamento Social:

Realmente eu recebi uma carta assinada pelo Sr. Secretário, pedindo para apontar casos, com alguma urgência, que pudessem ser resolvidos à margem do programa normal - e de facto apresentei.

Como sei como estas coisas funcionam e como, à partida, tinha sido dada uma nota de "recursos limitados" uma vez que se tratava de sobras de orçamento, apenas apresentei um caso porque queria que o mesmo fosse resolvido. Mas não foi isso que eu referi; eu referi-me ao decurso dos programas normais porque, dos 7 casos atribuídos em 86, só foram resolvidos 2, e de 87 ainda não vejo abertura para a solução de nenhum dos casos apresentados.

**Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos):** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Como lhe disse, em relação a 87 ainda poderia

haver (estamos no fim de 87) atraso em toda aquela documentação que é pedida para a Junta de Freguesia. Agora, para os casos de 86 é que não há razão nenhuma justificada e eu, por escrito, transmitirei ao Sr. Deputado o que é que se passa quanto à Fajã de Baixo.

O Sr. Deputado Decq Mota pediu-me um esclarecimento, e tem demonstrado o seu empenhamento pelo caso do Bairro dos Pescadores da Lagoa.

Talvez, se passou lá há pouco tempo, terá visto que já fizemos alguma coisa, que não resolve o problema, mas que melhorou-o foi asfaltar toda aquela zona do Bairro. Acho que é bom para as crianças, enfim, para toda aquela gente poder ter alguma coisa melhor - já que é tudo tão mau.

No entanto, tenho aqui um relatório circunstanciado, completo, sobre o caso do Bairro dos Pescadores e temos soluções encontradas para ele.

Ora, isso está aqui no Orçamento de 88: quando aparece uma verba de 40 mil contos para realojamento (não sei se repararam) que vem desgarrada da verba normal de habitação degradada ou outras, é para resolver vários casos, entre os quais acudir também a esse porque, uma condição que está planeada, é realojar famílias.

Ora, o Bairro tem que ser aliviado da carga que tem em cima de si para poder ser recuperado: há lá questões de pessoas idosas, mas também há casos - como o Sr. Deputado sabe tão bem como eu, ou talvez melhor, porque tem-no visitado mais vezes - de famílias em cima de famílias (são os pais, os netos, os filhos) e esses têm que ser passados para outro lado, aliviando-se, assim, a carga que existe naquele Bairro.

A nossa programação está toda feita nesse sentido: é necessário realojar 27 famílias para aliviar o Bairro - e é isso que se está a fazer - e há questões também de terreno, porque nós não queremos realojar toda aquela gente tirando-a dali e pondo-a toda junta noutra lado.

Como temos planos em execução na Lagoa, não fazia muito sentido pô-los todos juntos outra vez, mas, sim, procurar adquirir mais terrenos, para os disseminar, para que sejam inseridos num tecido social diferente, e para vermos se a recuperação é feita, não só pela habitação, mas também por outros aspectos que são importantes.

É isto o que está delineado para se fazer, de imediato, quando se entrar na execução do Plano que irá ser aprovado.

Julgo que esta resposta também servirá para o Sr. Deputado Carlos Teixeira que falou também nesse Bairro.

Quanto ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu não disse "nada se fez". Foi num contexto em que eu disse: "Nada se fez para dinamizar

os sectores". É um esclarecimento que eu devia. Talvez não se apercebeu disso pela leitura.

Enunciou ainda uma lista de acções da Terceira e falou nas estradas.

Sabe que houve o problema do saneamento. Disse-me que já estava resolvido. Bom, se tivesse sido resolvido há 20 minutos dizia-me que já estava resolvido. Mas está resolvido - foi resolvido há dias - mas quem ouve nesta Câmara pode pensar que foi resolvido há um ano. Temos que ser mais precisos: foi resolvido há pouco tempo! Mas, mesmo depois de ser resolvido, imediatamente passado 1 dia ou 2, iniciámos a correcção de S. Sebastião - na outra estrada, não na que se refere o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Ora, demos provas de que logo que pudemos andar (temos pernas para isso), andámos; na outra ainda não temos pernas para andar, embora parcialmente já tenhamos - aliás já conversámos sobre isso e está programado que no próximo ano, se for aprovado o Orçamento e Plano, possamos arrancar com essas obras - que até já nem se podem ver inseridas no Plano.

Também concordo (e isso sim!) com tudo aquilo que disse da maneira de apresentar o Plano.

Aliás, toda a gente sabe, pegámos num Plano a Médio Prazo que vinha do II Governo e não tivemos sequer tempo para alterar algumas coisas, de acordo com alguns dos Srs. Secretários ou do Governo em globo, que se pudesse querer fazer. Temos vindo a acertar actividades nesse Plano e, da minha parte, será na altura do próximo Plano de Médio Prazo que tentarei reformular um conjunto de acções: umas são repetitivas; outras não têm razão de ser; há questões de projectos que são mínimos mas que aparecem como grandes obras; há questões de obras em execução que têm interesse, e outras coisas mais.

Portanto, essa é uma questão em que estou totalmente de acordo com o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, bem como no aspecto que se prende com "dar mais informações no tempo", embora possa acontecer o que aconteceu este ano: são casos aleatórios que serão sempre justificados, no entanto a informação pode ser muito mais completa porque há "timings" de execução e, hoje em dia, é fácil a qualquer pessoa percebê-los.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro falou ainda da estrada Angra/Praia. A Angra/Praia é uma obra, como sabe, que tem levado o seu tempo. Temos já feito um troço desde S. Bento à Barraca, está adjudicado outro e já começaram as obras e faltará ainda a parte final para ligação ao porto, que teve de sofrer uma alteração de projecto porque, como sabe, entendemos que devíamos servir melhor o porto e o aeroporto, fazendo um ramal de acesso ao aeroporto, senão ia ficar entroncado no meio das casas - o que, para nós,

não estava bom.

Tal como disse na minha intervenção, temos tido alguns atrasos, tanto nas escolas, como nas estradas - e daqui a pouco já explicarei ao Sr. Deputado que fez uma pergunta da saída leste de Ponta Delgada - porque entendemos que é preferível ouvirmos coisas desagradáveis, como seja, que "não se fez" e que "houve atrasos", mas, depois, o resultado final ser o melhor resultado para a Região, isto é, há atrasos que se justificam porque, uma alteração de projecto, quando atempadamente se dá por isso e se vê, como no caso concreto Angra/Praia, que não era a melhor solução, preferimos atrasar e mandar reformular o projecto para que não ficasse, para toda a vida, uma obra naquelas condições - uma obra que custa milhões de contos e que vai servir aquela ilha por muito tempo.

No entanto, também é preciso dizer que não estamos com um acervo de verbas: eu levei um corte de 1 milhão e 600 mil contos no orçamento que propus - o que me parece que não é pouco.

É óbvio que eu gostaria de fazer tudo muito rapidamente, como todos nós que estamos nesta Casa - todos, sem excepção. Acontece é que o "bolo" é este e temos que repartir o mal pelas aldeias e... aí lá vai: quando começamos a apertar, às vezes as verbas não dão para chegar a toda a parte e, por conseguinte, temos que definir prioridades - que poderão não ser as melhores, além de, outras vezes, estarem condicionadas por outros factores.

Saneamento básico de Arrifes e Furnas: aí é que há uma confusão porque saneamento básico não tem nada a ver com o Equipamento Social, ou melhor, saneamento básico de Arrifes e Furnas é com as Câmaras Municipais - o Equipamento Social não tem nada aí, por isso é que não o referi.

O Sr. Deputado Carlos Teixeira apresenta propostas para ficarem arquivadas. É verdade que a saída leste de Ponta Delgada andou a rolar muitos anos mas, como já o disse aqui, o projecto foi aprovado pela Câmara e pelo Governo.

O Sr. Deputado perguntou quando se iniciariam as obras. Eu já disse várias vezes nos Órgãos de Comunicação Social - e contiuo a dizer, neste momento, apesar de faltarem muito poucos dias para o fim do ano - que tudo farei para que este ano a obra seja posta a concurso. Se não o for, será imediatamente em Janeiro. Ainda hoje está a decorrer uma reunião no meu gabinete - e eu tenho pena de não estar presente - com vista a levar ao fim esse assunto. Em breve faremos uma conferência de imprensa para que o público saiba o que se vai passar ali. É um dos tais projectos que não pode ser norma, ou seja, não podemos andar a adiar projectos para que as soluções que vão sendo alteradas, pelo

factor do desenvolvimento ou outros, sejam melhoradas - neste caso foi substancialmente melhorada.

A saída leste de Ponta Delgada vai ficar **para o futuro, quando o projecto anterior não era um projecto para o futuro.** E porquê? Porque foi feito numa altura diferente. A contagem de tráfego não foi a mesma que se verificou em 85: de 10 mil viaturas junto à Moaçor com previsão para 14 mil em 1987.

Assim, foi reformulado de tal maneira que vamos ter, nesta Região, dois troços de auto-estrada, porque se justificam. Não é por luxo nem para mostrar que temos auto-estradas mas, sim, porque, temos que absorver um volume de tráfego suficiente, não só agora, como para o futuro!

É por isso que levou mais tempo - acelerámos o que pudemos - mas vamos ter, finalmente, uma obra digna de se ver e que vai servir muito bem os Açores, S. Miguel e Ponta Delgada. Sim; porque aquela obra não é de Ponta Delgada: é uma obra da Região e uma obra de S. Miguel, mais do que de Ponta Delgada, embora as pessoas julguem que é de Ponta Delgada porque andam ali mais fora e dentro, mas toda a Ilha de S. Miguel vai beneficiar grandemente com aquela obra.

Quanto a saber quando é que ela vai começar, partindo do pressuposto de que em fins de Dezembro princípio de Janeiro se ponha a mesma a concurso, tem que ir depois para o Jornal das Comunidades, como é regra, uma vez que é um concurso internacional financiado pelas Comunidades, tem 45 dias no mínimo, tem mais 15 dias depois, tem ainda a apreciação do projecto que depende das firmas concorrentes e, fazendo todas essas contas, serão cerca de 90 dias para depois se arrancar com a obra.

Tudo farei para que a mesma se inicie o mais breve possível - é a isso que me posso comprometer perante esta Câmara.

Quanto ao Plano Director do Aeroporto, remeto isso para o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, uma vez que esse problema está a ser tratado com a ANA.

No entanto, quanto ao acesso, devo dizer que está em execução o acesso à aerogare e à Príncipe de Mónaco e está em estudo (esse sim, porque é um acesso principal) a envolvente de Ponta Delgada, que vai apanhar a futura aerogare que, já se sabe, em princípio, vai ser localizada na zona oeste do aeroporto.

Se bem me apercebi, o Sr. Deputado Carlos César diz que vão propor reforços de verbas. Vem tarde, porque o Governo já comunicou e toda a gente sabe, através da Comunicação Social, que é um reforço de 1 milhão e 500 mil contos para a Ilha de S. Miguel. Não percebi bem se os vai propor, uma vez que eles já estão propos-

tos.

Quanto ao reforço na área do ambiente, julgo que o mesmo não será necessário para as obras deste ano. Como disse, o programa estava dotado com 30 mil contos: uma verba substancial foi para aquisição do Pinhal da Paz, principalmente, e de outras obras que houve, mas nós estamos com um compromisso, da Comunidade Europeia, de nos ajudar a resolver problemas de ambiente com verbas substanciais.

Assim, não vamos estar a inscrever uma verba, da tal que foi feito um rateio para distribuir o mal pelas aldeias, ou melhor, não vou carregar o ambiente, onde poderei vir a ter outras verbas, para aliviar na habitação, por exemplo. É por isso que, aí, foi mantida uma verba igual à que vinha do Plano anterior e, por isso também, julgo que esse reforço não se justifica. Aliás, as questões de ambiente são muito mais complexas do que isso, e nós temos vindo, de facto, a produzir pouco nesse sector (é o possível!), com medidas comezinhas, mas estamos a aguardar, como referi há pouco, um plano, a sério, de ambiente para podermos tomar uma política de ambiente. Nessa altura terão que ser previstas, no Plano a Médio Prazo, verbas substanciais para ocorrer a medidas sérias de ambiente.

A respeito do Director Regional, eu não vou convidar o Sr. Deputado Carlos César, pode estar descansado!

**Deputado Carlos César (PS):** Nem eu aceitava!

**O Orador:** Está bem, mas eu não o vou convidar, pode estar bem descansado!

Estou, como é lógico, quando qualquer Director Regional ou qualquer pessoa sai de um Governo, a tentar arranjar pessoas tão válidas, pelo menos, ou ainda mais válidas do que as anteriores. O Sr. Director Regional prestou um grande serviço a esta Região; é um homem muito capaz; permanece nesta Região e está a trabalhar na mesma; prestou um grande serviço à Região em várias comissões internacionais e nacionais, serviço esse reconhecido por toda a gente, e, por isso, não é uma pessoa que tenha saído sem que se tenha dado por ele.

Ainda há muito trabalho feito pelo Sr. Director Regional que saiu - embora possa não estar à vista. O Sr. Director Regional é uma pessoa com muito nível e com muita categoria; foi pena ter saído mas teve as suas razões; as pessoas são livres; não agarramos ninguém, mas vai ser substituído logo que seja possível, e espero encontrar alguém capaz para o fazer.

O Sr. Deputado António Silveira falou na substituição do empedrado. Nós temos vindo a fazer isso enquanto não se fazem variantes - em S. Miguel vê-se isso - e mesmo depois de se fazer - que é o caso de Pedras do Galego, Serrado dos Bezerras, Estrada da Ribeira Grande,

Santa Iria - temos vindo a recobrir, para segurança dos utentes, e a tirar aquele desagradável ondulado que há nas estradas.

S. Jorge é um caso importante - já se disse que sim - mas não temos capacidade na Ilha de S. Jorge (também o reconheceu aí) para fazer tudo ao mesmo tempo. Temos estado com grandes problemas: a ilha foi atingida, em 11 de Abril, por uma tromba de água que causou estragos avultadíssimos, que felizmente já estão remediados, e, portanto, também se vai chegar às estradas, que é um problema importante embora ainda não tenha sido possível.

Quanto ao projecto da Urzelina/Manadas - já foi dito em S. Jorge aquando da visita do Governo - está na sua fase final.

Em relação à Lei Orgânica dos Serviços, eu bem gostaria de a ter alterado profundamente. Nunca me foi possível, porque era uma questão em que tinha que me empenhar juntamente com outras pessoas: os casos orgânicos estão em aprovação dentro de poucos dias (espero que ainda antes do Natal), mas a Lei Orgânica é importante.

Aliás, estou totalmente de acordo - e já o disse variadíssimas vezes e já o fiz quando estive na Agricultura e Pescas - que se deve dar mais autonomia a cada ilha, porque entendo que a realidade ilha é fundamental e as pessoas não podem estar com circuitos intermédios e curto-circuitos que, por vezes, atrasam decisões e até atrasam as obras porque os documentos ou os pareceres têm que andar a saltar de ilha para ilha. Portanto, estou totalmente de acordo, mas ainda não houve tempo para tudo.

O Sr. Deputado Manuel Serpa falou no problema da lixeira do Pico.

Foi pedido um apoio da nossa parte, e a única pessoa que temos na Região bem vocacionada para esse efeito e que sabe realmente do assunto, foi mandada de imediato para a Ilha do Pico para ajudar a resolver aquele problema. Foi uma solicitação que nos fizeram. Aliás, este problema já tinha sido levantado, há tempos atrás, pela sua bancada, em anterior Sessão desta Assembleia. Eu próprio também já lá passei e entendo que esse problema terá que ser resolvido muito rapidamente.

A orla marítima das Lajes depende de um processo de laboratório onde o estudo irá ser feito, bem como um levantamento topográfico, que não chegou a ser acabado quando estive lá uma equipa, durante 15 dias, a tratar do problema do Porto. Mas o assunto está de pé. Vamos aguardar (e eu espero que sim!) e oxalá que não haja mais temporais (não vai haver certamente todos os anos) e a população das Lajes vai dormir tranquila e eu poderei lá ir dormir a uma casa do meu irmão que fica muito próxima da costa - e dormir tranquilo.

Julgo que é preciso fazer alguma coisa - toda a gente sabe - mas não com aquela urgência de ir atacar a correr, porque há muitos anos que se vive ali. É preciso tomar precauções porque, quem as tomou, teve mais defesa do que aqueles que não a tomaram mas, depois do que aconteceu, julgo que as pessoas vão tomar precauções redobradas e até abandonar o mais cedo possível as suas casas e levar os seus haveres para lugar mais seguro. Aliás, foi uma experiência pouco usual lá.

No entanto, o assunto não está de maneira nenhuma parado: não está é a correr com a tal celeridade porque há outros assuntos que têm sido prioritários - até nas Lajes do Pico há alguns muito mais graves que estão a ser revistos, como seja, a zona da Mouraria onde a estrada está em muito más condições e, aí sim, demos prioridade em relação à da muralha de defesa.

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, tem agora a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Circunstâncias de que todos facilmente se aperceberão, obrigam-me a usar algum tempo do PS na discussão deste Plano para uma declaração política sobre a discussão do Plano e Orçamento de 88.

Declarações ontem proferidas à Comunicação Social por um membro da Direcção do Grupo Parlamentar do PSD obrigam-me a uma breve declaração política, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no sentido de repôr o real sentido político da discussão do Plano e do Orçamento que decorre neste Parlamento.

Com efeito, um responsável da Direcção do Grupo Parlamentar do PSD, declarou à Comunicação Social que a maioria não aceitaria propostas de alteração ao Plano e ao Orçamento porque eles constituem um todo articulado e coerente.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende:

1. Que nenhum responsável máximo ou mínimo do PSD pode garantir antecipadamente o resultado da votação do Plano e Orçamento para 88 nesta Assembleia, depois de, na semana passada, a maioria absoluta PSD nesta Assembleia ter conseguido eleger o seu candidato a Presidente da Mesa da Assembleia pela ridícula e desconfortável maioria de apenas 1 voto.

2. Que muitas das intervenções da bancada da maioria, foram de crítica aberta aos métodos de planeamento do Governo Regional e de insatisfação pelos resultados obtidos, nomeadamente nos sectores produtivos, durante doze anos de governação desta maioria. E que muitas outras intervenções de deputados da maioria foram de crítica

velada e implícita ao Plano para 88.

3. Que o significado político e institucional das alterações introduzidas no processo de discussão e aprovação do Plano e Orçamento, na legislação recém-aprovada com o voto da maioria, foi precisamente a de restituir aos deputados, aos Grupos Parlamentares e a esta Assembleia a sua autonomia real, em relação aos documentos propostos pelo Governo Regional podendo introduzir-lhe as alterações que considere úteis ou necessárias.

Que Mota Amaral e o seu Governo se recuse a compreender as consequências desse facto, é compreensível. Que um responsável parlamentar faça eco daquela recusa, procurando convencer a população açoriana de que a discussão do Plano e Orçamento na Assembleia se reduz à comédia de uma discussão sem consequências políticas é que é inadmissível.

4. A discussão ocorrida até este momento na Assembleia Regional dos sectores da Educação e Cultura, da Saúde e Segurança Social e do Trabalho, demonstrou que, nesses domínios, o Plano para 88, ao invés de unitário e coerente, é rotineiro, ineficaz e irresponsável.

Rotineiro porque repete, estereotipadamente, os programas, os projectos, e as acções de planos anteriores, sem qualquer preocupação de integrar, crítica mas construtivamente, os resultados dos múltiplos fracassos do Governo Regional, nos sectores mencionados.

O exemplo mais flagrante é o da paragem que o Governo Regional foi obrigado a fazer, durante o ano transacto, na construção de escolas preparatórias e secundárias para corrigir os erros de concepção e construção de que as mesmas enfermavam.

O que o PS propõe é que, idêntica correcção seja introduzida nas construções para o ensino primário, e que lacunas insustentáveis, como a do Concelho da Povoação, sejam superadas.

No sector da Saúde o que o PS propôs foi que, o Governo Regional, planeasse a construção do Hospital de São Roque, de acordo com as exigências mínimas reclamadas pela satisfação plena das necessidades da saúde na Ilha do Pico. Além da criação de um novo programa de educação para a saúde que permita, neste domínio, passar-se, finalmente, da mera construção de infraestruturas para a criação de condições sociais e culturais do seu cabal aproveitamento.

No sector do trabalho, nomeadamente na formação profissional, propôs o PS a criação de dois novos projectos de valorização e actualização profissional, um deles - o referente ao sector da educação - consagrado em lei desde 1979 e nunca concretizado pelo Governo Regional.

5. Estas propostas do PS, citadas, entre outras, a título meramente exemplificativo,

desmontam e desmistificam claramente, os pretextos falsamente formais do PSD para as recusar.

6. A irresponsabilidade deste Plano e Orçamento revela-se na ausência - conhecida e já publicamente reconhecida por representantes da maioria desta Assembleia - da falta de cobertura pelo Orçamento do Estado do deficit real de quinze milhões de contos (15.000.000.000\$00) - nove milhões dos quais o Orçamento do Estado não cobre, e seis milhões de dívida que o Governo propõe à Assembleia que aprove.

É para esta irresponsabilidade que a maioria deve dirigir as suas preocupações e não para a recusa, apriorística e sem discussão, das propostas, equilibradas e coerentes do PS.

Disse.

(Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cruz.

**Deputado Jorge Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para um protesto.

Pretendo protestar por duas razões fundamentais:

A primeira, porque cabe a qualquer membro da Direcção do Grupo Parlamentar do PSD declarar aos Órgãos de Comunicação Social orientações de ordem política que muito bem entender, sobre as quais o Partido Socialista também pôde, em tempo oportuno, responder.

Em relação à questão aqui colocada pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa e que foi afirmada e vai ser reafirmada nas condições que foi ventilada à Comunicação Social, tenho a dizer o seguinte:

De facto, eu, na qualidade de Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, afirmei e vou continuar a afirmar que o Plano é, e tem que continuar a ser, um conjunto de programas com coerência política. Afirmei e vou continuar a afirmar que o conjunto de alterações que têm vindo a ser propostas pelo Partido Socialista, levam-me a tender e a crer que o Partido Socialista pretende, nesta Câmara, pelo caminho que elas levam, substituir um Plano por outro completamente diferente e com uma falta de coerência política incrível: é que o Partido Socialista votou contra, na generalidade, as propostas do Plano do Partido Social Democrata e está contra os objectivos e contra as opções de ordem estratégica e vem na especialidade, propor meras alterações de forma e de reduções aritméticas como se o Plano do Partido Social Democrata fosse apenas reduzir ou alterar verbas em termos aritméticos.

Não! É um conjunto político de programas o que aqui se passa!

E mais, Sr. Deputado: nós sabemos que o Partido

Socialista o que pretendia era trocar um instrumento de governação por outro, e com esse instrumento o Governo não poderia governar!

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

**O Orador:** O que se passa é isto, Sr. Deputado, em termos políticos! É exactamente isso! Não podemos dar ao Governo de origem Social Democrata, cujo Plano de Médio Prazo 85/88 foi votado por este Parlamento, um conjunto de propostas programáticas completamente diferentes das propostas de Médio Prazo desse mesmo Governo!

É perfeitamente inconcebível e politicamente incoerente aceitar isso! E continuo a reafirmar que não poderemos aceitar que este Governo possa vir a dizer: "Não quero este Plano porque este Plano é do Partido Socialista"!

Não! Este Plano tem que ser do Partido Social Democrata, inserido numa programação a Médio Prazo, e não como um conjunto, perfeitamente incoerente, de ordem aritmética, ou seja, de somas e de subtracções de verbas!

É este o protesto que quero aqui deixar vincado.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, para um contraprotesto, supinho.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É exactamente para um contraprotesto muito rápido.

Não foi efectivamente demonstrada nenhuma incoerência entre as propostas apresentadas pelo PS, porque se situam exactamente naquilo que - como foi referido na minha intervenção - o PSD já fez em anos anteriores, mas, em vez de fazê-lo agora por sugestão do PS, nesta altura, fá-lo-á, como já aconteceu com o Plano para 87, alguns meses depois, em alterações também de verbas, também de acções, também de projectos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cruz.

**Deputado Jorge Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria reafirmar que o Partido Social Democrata acha, de facto, incoerência política, em termos de programação, em termos de planeamento, ao votar-se contra a estratégia, os objectivos, as grandes opções do Plano, vir-se a assumir, na especialidade, alterações perfeitamente pontuais.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para prestar um esclarecimento.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A postura do PS em relação à discussão do

Plano e do Orçamento, não é uma postura que em nada se tipifique por qualquer espécie de incoerência política. E não o é pela simples razão de que é verdade que este não é o nosso Plano; é verdade que esta execução prevista para o último ano de um planeamento a médio prazo corresponde a um Plano a Médio Prazo que não é o nosso Plano a Médio Prazo, e é verdade, em consequência, que o Partido Socialista não pode ter outra posição do que negar o seu apoio a esse planeamento na generalidade.

Mas uma coisa é este não ser o nosso Plano, e outra coisa é nós desejarmos que, mesmo assim, este Plano seja o melhor possível, na nossa perspectiva. E é essa a diferença entre não dar o apoio a um Plano e, depois, na fase posterior e na especialidade - e por alguma razão esta discussão tem especialidade - dar o maior contributo possível para aproximar esse planeamento a um planeamento de todos os responsáveis políticos da Região, no qual, evidentemente, a maior responsabilidade política é de quem o executa e de quem o apoia em primeira instância que, naturalmente, será o PSD.

Portanto, a postura do PS é, ao apresentar propostas de alteração, minimizar aspectos negativos, melhorar a eventual execução ou dotação de aspectos positivos e, quando o Partido Socialista eventualmente aqui apresenta programas que não estejam incluídos no planeamento a médio prazo, eu também pergunto:

- O Programa Especial para S. Miguel estava incluído no planeamento a médio prazo? Não estava!  
Muito obrigado.

(Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cruz também para prestar um esclarecimento.

**Deputado Jorge Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Carlos César:

Vamos lá ver se eu me entendo com aquilo que efectivamente pretendi dizer:

A incoerência política não está na possibilidade de apresentar as propostas de alteração na especialidade e de nós podermos discuti-las aqui: a incoerência política está na falta de um suporte fundamental das vossas propostas de alteração na especialidade e, neste suporte fundamental que eu referi - que é a estratégia política, o quadro das grandes opções que os Srs. pretendem, o quadro dos grandes objectivos que os Srs. pretendem para 88 - inserirem as vossas propostas.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Foi aprovado na generalidade!

**O Orador:** Os Srs. não aprovaram, efectivamente, o quadro de objectivos do Governo, o quadro de opções do Governo, e vieram, depois, apresentar

as vossas propostas. É nisto que reside a vossa incoerência política!

Muito obrigado.

**Presidente:** Suponho que este assunto está clarificado e, assim sendo, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Jorge Cabral.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Volto a esta tribuna para, na especialidade, me debruçar sobre algumas das áreas que foram atribuídas à Comissão para os Assuntos Políticos e Administrativos e que tive ocasião de analisar enquanto relator da mesma Comissão Permanente, juntamente com os restantes elementos.

Como já foi anteriormente referido, os sectores do "Urbanismo", "Ambiente", "Autarquias Locais", "Protecção Civil", "Formação Profissional" e alguns aspectos da rubrica "Estudos e Estatística", equacionam-se, de uma maneira geral, nos objectivos definidos no Plano de Médio Prazo 1985-1988.

Assim, no sector do "Urbanismo", a necessária planificação do meio urbano e o correcto uso do solo pressupõem "a realização de estudos de urbanização a nível concelhio, o apoio às autarquias e o desenvolvimento de cartografia de zonas urbanas", segundo perspectiva o Governo na sua Proposta de Plano para 1988, dedicada a este sector, como sendo os principais objectivos a atingir no próximo ano.

Dotado com uma verba no valor de 95 mil contos, o Programa prevê a continuação do apoio às Câmaras Municipais, a elaboração de planos de urbanização e ao pagamento do levantamento aerofotogramétrico.

Refira-se, aliás, que estas intenções vêm na sequência das previstas no "Plano para 1987" e constituem a fase final da acção governamental definida na sua Proposta de "Plano de Médio Prazo para 1985-1988" que entra agora no seu último ano de execução.

É ainda convicção que tais acções não se encontrarão esgotadas no final de 1988. Apesar do esforço empenhado neste sector, o certo é que ainda falta atingir outras zonas da Região Autónoma dos Açores, por forma a conseguir-se um melhor enquadramento nesta área, permitindo assim um crescimento harmonioso das localidades nas várias ilhas.

E enquanto tudo isto não se completa, será importante e indispensável que, concomitantemente com os trabalhos a executar no terreno, deverá existir uma sensibilização efectiva junto das Câmaras Municipais (como entidades licenciadoras de projectos), no sentido de se prevenir os inevitáveis disfuncionamentos entre o proposto e o executado.

Por outro lado, esse acompanhamento permitirá igualmente verificar se os planos de urbanização estão a ser cumpridos nas várias nuances em

que assentam.

No que diz respeito à área do "Ambiente", aos objectivos do Plano para 1987, vem juntar-se, na Proposta para 1988, a intenção de se criar atractivos turísticos no sector do Ambiente.

Temos assim que a "recuperação de zonas degradadas, o estudo e a preservação de reservas naturais e a criação de atractivos turísticos", constituem os vectores deste Programa.

Ao longo de 1987, foram criadas diversas reservas naturais, com vista a preservar locais de inegável valor, sem que tivesse havido a necessária regulamentação e a indispensável aplicação da legislação em vigor. Por outro lado, urge criar comissões de acompanhamento dessas reservas, exigindo o seu funcionamento, por forma a impedir, ou a evitar, tanto quanto possível, a sua total degradação.

Infelizmente, algumas das zonas que foram inseridas na designação de "reservas naturais" encontram-se de tal forma degradadas, que será tarefa bastante difícil o seu regresso ao esplendor paisagístico de outrora, como é o caso, por exemplo, do Pinhal da Paz, na Ilha de S. Miguel.

No que diz respeito ao Regime Jurídico das Reservas Florestais, torna-se imperioso, por conveniente e indispensável, a aplicação, e sequente dinamização, dos seus pressupostos, especialmente no decorrer do último ano de execução do "Plano de Médio Prazo 1985-1988".

Refira-se, ainda a propósito, que fora das zonas classificadas, existem lacunas que se tornam necessário colmatar. Entre elas, será de todo o interesse defender alguns aspectos da "paisagem humanizada", cuja alteração, devido à sua proximidade, modifica profundamente o enquadramento ambiental de aglomerados populacionais, sem que, obviamente, isso venha a contrariar o legítimo direito sobre a propriedade privada.

Por outro lado, torna-se necessário estudar e implementar protocolos adequados entre a Administração Regional e a Administração Local, tendo em vista a solução definitiva (ou, pelo menos, em grande parte atenuada) do problema que constituem as lixeiras municipais, cujos inconvenientes podem ser detectados em várias ilhas, mas que se colocam com particular acuidade no Concelho de Ponta Delgada, como tem sido referido, episodicamente, ao longo dos últimos 3 anos.

Finalmente, consideramos ser de recomendar ao respectivo Departamento do Executivo Regional, o desenvolvimento de estudos por forma a poder-se, no futuro, proceder à reciclagem de materiais não bio-degradáveis, evitando-se assim que as nossas ilhas se transformem em imensos depósitos de garrafas, plásticos e outros resíduos de fácil e frequente importação, tal como por diver-

sas vezes, foi referido nesta Assembleia.

Reportando-me aos "Recursos Hídricos", nota-se que uma verba na ordem dos 30 mil contos se encontra inscrita no Plano para 1988 destinada ao tratamento de águas; desassoreamento, regularização e correcção de leitos de ribeiras, lagoas e canais, e reconstrução de muros de protecção; desenvolvimento de estudos de gestão e de novas fontes hídricas e, finalmente, a aquisição de instrumentos e de terrenos.

Planear numa Região como a nossa, sujeita, com alguma frequência, a desastres de ordem natural, resulta numa tarefa nada fácil. São aliás, conhecidos os resultados dos temporais que de vez em quando assolam estas 9 ilhas.

No sector em referência, isto sente-se com alguma acuidade. Não será de admirar que, entre o previsto e o executado, alguns objectivos não tenham sido atingidos.

Estamos convictos de que o Executivo Regional não poderia ir muito mais além do que aquilo que agora propõe.

Foi notório um certo atraso que sofreram as intenções da Secretaria Regional do Equipamento Social previstas no Plano para 1987, devido aos excepcionais temporais verificados no decorrer da execução do Plano de Médio Prazo.

Foi necessário desenvolver esforços redobrados para colmatar os efeitos dos desastres naturais, quer no campo dos trabalhos de desassoreamento de ribeiras, reconstrução de muros de protecção dos cursos de água, quer no sector da protecção às nascentes.

Apesar disso, o programa que diz respeito ao aproveitamento de novas fontes hídricas continua a ser desenvolvido pela Secretaria Regional do Equipamento Social em conjunto com a Empresa de Electricidade dos Açores para recursos hidroeléctricos, alguns dos quais estão já a contribuir para o reforço energético de algumas redes de abastecimento de electricidade, na sequência, aliás, das intenções expressas no Plano para 1987, assumindo importância a elaboração de estudos de gestão, bem como a protecção das captações de água para abastecimento público.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD)

**Presidente:** Tem também a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Manuel Goulart.

Pedia ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista que providenciasse a sua substituição na Mesa.

(Neste momento o Sr. Deputado Manuel Goulart foi substituído pelo Sr. Deputado Hélio Pombo)

**Deputado Manuel Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Secretários do Governo Regional:



Poderíamos começar esta nossa intervenção, repetindo o que já dissemos em anos anteriores, aquando da discussão dos Planos Regionais, porque os pressupostos de então, mantêm hoje plena actualidade.

Como nos demais anos, em muitos sectores, não vislumbramos nesta proposta de Plano, as acções concretas para os objectivos apontados.

Repetem-se intenções, programas e projectos "ipsis verbis" de planos anteriores, que não se concretizaram por manifesta incapacidade deste Governo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Secretários do Governo Regional:

De acordo com o artigo 1º do Decreto Legislativo Regional nº 21/83/A, de 28 de Junho, "o Plano Regional é um instrumento tendente à racionalização da economia regional, visa o aproveitamento das potencialidades regionais e tem como objectivo (deveria ter, dizemos nós) o desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores, a promoção do bem-estar e do nível e qualidade de vida de todo o povo açoriano, com vista à realização dos princípios constitucionais e estatutários.

Ao analisarmos a proposta de Plano para o ano de 1988, chegamos à conclusão - uma vez mais - que muitas das medidas essenciais e necessárias para o efectivo desenvolvimento das nossas ilhas e para a melhoria da qualidade de vida de quem - por nascimento, profissão ou outra qualquer razão - optou por viver aqui, não são contempladas.

Recordo com saudade o meu professor da instrução primária que muitas vezes afirmava, sabiamente, que são essenciais três coisas para que um homem tenha um nível de vida aceitável: pão, casa e instrução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Secretários do Governo Regional:

Sendo a habitação um dos sectores em que a Região apresenta graves carências em todas as ilhas, mas de forma mais pungente na Ilha de S. Miguel, constatamos - com mágoa - que apesar de alguma coisa se fazer continuam por criar mecanismos que possibilitem a **TODOS** os habitantes desta Região o acesso a uma habitação digna, condizente com a sua condição de humanos.

Este é um sector em que a Região tem de se empenhar para que o parque habitacional se torne adequado às nossas necessidades e se resolvam as situações mais gritantes e desumanas de algumas parcelas da Região.

Repetimos - o que já afirmámos por mais que uma vez - que o programa de auto-construção, apesar de muitas deficiências, nomeadamente uma grande burocracia e desigualdade e tratamento, é positivo, mas não resolve, "de per si" - como às vezes nos querem fazer crer - o problema

habitacional da Região.

Continua a não existir solução para a resolução do problema habitacional de determinados estratos sociais, nomeadamente os de menores recursos financeiros e de maior agregado familiar. Esta questão, voltamos a repetir, só será resolvida com a promoção de habitação social, que o Governo Regional teima em não querer executar.

Se considerarmos o Programa 20 - "Apoio à construção no sector habitacional", na sua globalidade, verificamos que o mesmo teve um aumento na sua dotação de 13,38%, o que, segundo alguns cálculos, pouco mais seria do que cobrir o nível de inflação nos Açores no corrente ano.

Mas ao analisarmos o referido programa, desdobrado nos seus diversos projectos, concluímos que esse ilusório aumento se deve, simplesmente, ao aumento da verba do Projecto 20.8 - "Bonificação de juros de empréstimos das linhas especiais de crédito para a reconstrução - sismo 1/1/80" em 250 mil contos, o que transforma o crescimento do Programa 20 - "Apoio à construção no sector habitacional" em **apenas 0,6%**.

**Secretário Regional do Equipamento Social** (Germano Domingos): Vou explicar o que é que está aí!

**O Orador:** Está bem! Agradeço que me dê depois a explicação.

Sendo este o último plano integrado no PMP 85/88, será que se atingiu o objectivo de "promoção da **efectividade** do direito à habitação", proposto no referido Plano a Médio Prazo?

Que medidas têm sido tomadas para se proceder ao "combate à especulação na venda de terrenos nas imediações dos principais centros urbanos", que era outro dos objectivos do referido plano?

Que acções foram desenvolvidas para a "implantação de um **sistema regional** de incentivos à construção e aquisição de habitação própria mediante a criação de adequadas linhas de crédito" que então se propuseram realizar?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino reafirmando que o problema habitacional nos Açores é grave, não só pela falta de habitação em si, mas pela falta de condições e pelo envelhecimento e conseqüente degradação do parque habitacional, o que não se compadece com tibiezas e esperas.

Disse.

(Aplausos do PS e do PCP)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

**Secretário Regional do Equipamento Social** (Germano Domingos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não sei se valerá a pena, visto que já o ano passado aconteceu o mesmo.

Eu não sei aonde é que o Sr. Deputado que acabou de intervir vai buscar os seus dados: existem publicados no Orçamento e Plano dados de 87 e dados de 88.

O Sr. Deputado quis aqui fazer uma manobra com juros para os sismos, e eu acabei de referir, ainda há pouco, que só na habitação degradada se passa de 376 mil contos em 87 para 545 mil em 88, e disse também, porque é verdade, que na auto-construção se mantêm os 500 mil contos anteriores. Não sei onde é que se podem descobrir os números que me referiu de que é de 0%.

Há uma confusão que já o ano passado se verificou - e eu gostaria de não ter que voltar a referir - que na Ilha Terceira as reparações devidas ao sismo de 80 vieram a diminuir drasticamente: passaram, num ano, de 600 mil contos para 180 ou 195 mil, já estão em 80 mil, e esse dinheiro passa, evidentemente, para outro sector da habitação.

O Sr. Deputado nunca percebeu isso! Um dia qualquer poderei explicar-lhe, com muito mais vagar, se quiser, o Orçamento e Plano no sector da habitação.

Também se disse e continua a dizer-se que não está resolvido o problema habitacional - eu disse-o há pouco - nem estará tão cedo. Agora que, apesar do nosso esforço, podemos estar na vanguarda do País e até de muitos países que não o nosso, isso estamos! O número de intervenções é substancial; é diversificado; temos de, constantemente, arranjar novas soluções, como arranjámos este ano; não estamos sempre na auto-construção e na habitação degradada; temos reforçado mais uns e diminuído noutros conforme a oferta e a procura; na freguesia do Sr. Deputado temos feito intervenções que estão ao pé da porta e que o Sr. conhece bem - estamos com 78 feitas e mais 30 iniciadas, mais 12 e mais 12 num bairro de pescadores, num bairro pobre...

**Deputado Manuel Goulart (PS):** Não sou Deputado de uma freguesia mas, sim, de uma Região!

**O Orador:** Pois parece que sim, porque isso é do conhecimento público. É um sector dificilmente atacável dessa forma porque as pessoas vêem, cada freguesia vê, eu já disse números que têm nome e um projecto que leva um número quando tem número é importantíssimo, é muito claro e transparente e vamos querer fazer melhor - e gostaríamos muito do seu contributo para fazer melhor.

Agora, vir aqui dizer o que disse há pouco, é que eu não posso concordar de maneira nenhuma porque não corresponde minimamente à realidade!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Goulart.

**Deputado Manuel Goulart (PS):** Sr. Presidente,

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Equipamento Social:

Eu não contestei que se tem feito um esforço no campo da habitação. O que eu digo e o que eu penso é que esse esforço precisa ser reforçado, ou seja, precisamos fazer um maior esforço nesse campo porque esse é um dos aspectos mais carenciados da nossa Região.

Quanto aos números, devo dizer que os meus dados são fornecidos pelo Governo - e os dados fornecidos pelo Governo para o Programa 20 estão cá somados na página 82 do Anexo ao Plano onde se lê 2 195 mil contos. Em 1987 essa verba foi de 1 936 mil contos, portanto houve um aumento de 13,38%. Mas se vímos, como eu disse, o programa de bonificação de juros que aumentou em 250 mil contos, se os retirarmos fica só uma verba, para o Programa 20, de 1 445 mil contos contra 1 436 mil contos, portanto, um aumento de 9 mil contos que corresponde a 0,6%.

São estes os números que aqui estão e que foram fornecidos pelo Governo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

**Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não perderei muito tempo - até porque o tempo é escasso para o Governo - mas dir-lhe-ei que esses números, lidos dessa maneira, não representam o que se passa.

Por exemplo: o Sr. Deputado não somou 200 mil contos aos 1 445, quando os devia ter somado porque eles estão inscritos no Plano para a habitação e para os mais carenciados.

Mas há outros exemplos: há o caso do sismo da Terceira, da bonificação de juros e muitos mais. Tem que se tratar os dados como devem ser!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr<sup>a</sup> Deputada Adelaide Teles.

**Deputada Adelaide Teles (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É da máxima justiça reconhecer o esforço e o empenhamento do Governo Regional em melhorar as condições de vida do povo dos Açores.

Indispensável ao bem estar das pessoas é, sem dúvida, uma habitação digna, sonho de todos, não só dos jovens casais que aspiram a ter casa própria onde possam viver e educar os filhos, mas também de todos aqueles que, apesar do seu trabalho e do seu empenhamento, não conseguiram meios para adquirir habitação sua ou melhorar a que porventura possuíam.

As acções desenvolvidas pelo Governo no sector habitacional têm sido reconhecidas como acertadas. As cooperativas de habitação têm surgido, o

programa de auto-construção, com a cedência de projectos-tipo e de materiais e em alguns casos de terrenos, tem permitido o surgimento de novos fogos, com boas condições e bem enquadrados na nossa paisagem. Todavia nem todas as pessoas podem beneficiar deste programa, por não disporem de meios financeiros para fazer face às despesas com a mão-de-obra.

A criação de linhas de crédito foi também incentivo à construção e à aquisição de habitação própria.

Infelizmente na Ilha Graciosa nem todas as casas atingidas pelo sismo de 1980 foram recuperadas, algumas por falta de iniciativa ou de coragem dos proprietários para contraírem empréstimos, embora a juros bonificados, sendo certo que alguns tinham dificuldades financeiras para pagar a mão-de-obra.

Além destas habitações há ainda as degradadas, umas por envelhecimento, outras por abandono dos proprietários emigrados. Muitas, porque construídas em anos recuados, não possuem as condições de habitabilidade que hoje são consideradas indispensáveis.

No relatório de execução do 1º semestre do corrente ano do Plano, lê-se a páginas 74 e no que concerne ao "Apoio à Recuperação de Habitação Degradada" que na Graciosa foram concluídas em anos anteriores 20 casas, que o número de obras em curso de anos anteriores e concluídas neste ano é de 18, que foram iniciadas 17 obras e que **faltavam iniciar 7**.

Alguns processos daquela ilha estiveram retidos na Direcção de Serviços de Habitação e Urbanismo de Angra do Heroísmo. Sei que ao Sr. Secretário Regional do Equipamento Social nunca faltou vontade política de resolver os casos de habitação degradada, o que se confirma com as verbas que têm sido consignadas nos planos anuais. A deficiência tem estado na inoperância dos serviços da já mencionada Direcção que, talvez devido à falta de pessoal e não por estar a 48 milhas da ilha a que me venho referindo, foi adiando a solução dos casos que lhe foram presentes.

Alguns são de grande recuperação que, de acordo com a política do Governo, podem beneficiar da elaboração do projecto, da cedência de materiais e até de algum apoio financeiro se se verificar incapacidade total dos proprietários para efectuar as obras.

Há ainda famílias que precisam de ser apoiadas na construção de um quarto de banho e/ou na substituição do tecto que, se não for feita na devida altura, corre o risco de cair, arrastando prejuízos maiores. Para estas situações é necessário simplificar a burocracia e o Governo, em colaboração com as autarquias locais, pode dar resposta atempada.

O projecto 20.2 visa a ampliação do parque

habitacional, a aquisição de mobiliário e conservação das habitações atribuídas a funcionários regionais e ainda à manutenção das habitações construídas ao abrigo da acção do ex-GAR.

Estamos de acordo, como é óbvio, com este projecto e gostaríamos que se construísse na Ilha Graciosa, à semelhança do que tem sido feito noutras ilhas, habitações para técnicos, o que constituiria um dos incentivos à fixação dos mesmos. Existe terreno disponível num dos arruamentos novos da Vila. Numa sobra dos terrenos loteados está já sendo construída uma casa para o técnico da Secretaria Regional do Equipamento Social e esperamos que em 1988 outras construções sejam iniciadas, nomeadamente para o veterinário, que ainda não existe naquela ilha, e para pessoal médico o que permitiria a desocupação de duas habitações do BAIRRO NOVO que lhe estão reservadas e, conseqüentemente, a solução para duas das muitas famílias que pretendem alugar casa.

Os terrenos, a que me referi há pouco, foram adquiridos para implantação de casas para técnicos e também para cedência a particulares para auto-construção. Todavia ainda ninguém conseguiu comprar qualquer lote.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa Região tem sido frequentemente assolada por grandes temporais que têm causado danos em habitações. Não podemos deixar de reconhecer a acção meritória do Governo no sentido de apoiar a recuperação dos edifícios atingidos.

Os subsídios concedidos a entidades particulares de interesse colectivo têm permitido o surgimento de novas sedes para agremiações culturais, recreativas e desportivas e ainda o restauro de muitas igrejas dos Açores.

Faz também parte do Plano do Governo o apoio às Câmaras Municipais na elaboração dos seus planos de urbanização. Sabemos que é um trabalho moroso, mas consideramos de grande utilidade.

Conscientes de que "Roma e Pavia não se fizeram num dia", e reconhecendo o muito que tem sido feito nos Açores no sector da Habitação, Urbanismo e Ambiente, damos o nosso aval aos programas que a ele se referem com a convicção de que o dinamismo dos diversos serviços dependentes da Secretaria Regional do Equipamento Social corresponderá à vontade do Sr. Secretário Regional e assim a execução do Plano poderá ser o que todos desejamos para bem da nossa Região.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

**Deputado João Carlos Macedo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

pesando, conscientemente, a importância que assumem, nos nossos dias, os problemas ecológicos e ambientais, vai apresentar, nesta matéria, uma proposta de alteração ao Plano de 1988, tendo, embora, em conta, os esclarecimentos já aqui prestados pelo Sr. Secretário Regional sobre a desnecessidade de tal reforço e já agora também com a certeza antecipada do resultado que a proposta vai ter, em termos de votação.

Deve dizer-se, contudo, que a nossa filosofia se afasta bastante da que tem sido adoptada pelo Governo Regional, já que defendemos uma política integrada de ambiente, baseada numa alteração orgânica que possibilite a existência de uma Direcção Regional do Ambiente e Qualidade de Vida, domiciliada na Presidência e com efectivos poderes de intervenção junto dos restantes departamentos, através de medidas correctivas, estudos de impacto e actuação pedagógica tendente à harmonização do homem com o meio físico e social.

Nem outra coisa poderá desejar-se, quando está em causa uma matéria de natureza horizontal, que, segundo os critérios seguidos pela Comunidade Económica Europeia, deve procurar a sua inserção política em outras áreas do nosso desenvolvimento, como serão a agricultura e a pesca, o comércio, a concorrência e a defesa do consumidor, a indústria e a energia, os transportes e o turismo, a saúde, o poder local, etc..

O estabelecimento de normas e padrões de qualidade ao nível de todas as actividades, o fomento aos investimentos da melhoria do ambiente, o acesso público às informações técnicas sobre defesa ecológica e o recurso à prevenção e controle das poluições serão outras tantas formas de se processar a intervenção do poder político numa área como esta, tão sensível e necessária.

No âmbito da luta contra a poluição e os danos, situar-se-á não apenas a preocupação pela qualidade das águas, pela pureza atmosférica e pela eliminação dos ruídos nas principais cidades, mas também uma gestão correcta e equilibrada do espaço regional, a actuação nas zonas classificadas e protegidas, a conservação da fauna e da flora e o processamento dos resíduos, particularmente os lixos domésticos e urbanos.

São estas as pistas que apresentamos, no momento em que se verifica a vacatura do lugar de Director Regional de Habitação, Urbanismo e Ambiente.

Convenhamos em que a dispersão de responsabilidades, através da permanência de uma política que assenta na impossível verticalização do ambiente, traz consigo o germe da responsabilização, do consumo inútil de preciosas energias e do sequente fracasso dessa política, apesar da bondade das intenções expressas e sempre repetidas.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra, também para uma intervenção, o Sr. Deputado Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em diversas ocasiões vim a esta tribuna tratar de problemas relacionados com a habitação.

Ao longo de 3 anos do meu mandato, e desde o primeiro momento, assumi aqui a posição de considerar que os programas existentes sobre habitação, sendo necessários e úteis não eram apropriados para encarar e resolver o problema da habitação das classes e camadas sem quaisquer recursos.

A política de habitação do Governo Regional tem-se desenvolvido de uma forma tal, que o papel de pressão da opinião pública sobre diversas formas tem sido decisiva para que haja evolução.

Não foi dada inicialmente e após 1976, qualquer relevância à política de habitação, nem foi encarada como prioritária a resolução do problema habitacional.

Depois passou-se a uma outra fase em que se começou a desenvolver uma política habitacional, com expressão financeira e com resultados práticos na melhoria do parque habitacional, mas sem resultados no que toca à resolução dos casos de profunda degradação.

O actual Governo começou o seu mandato dizendo que esta tese que aqui coloco não era verdadeira. Agora o Governo já não diz isso. Resta saber se o Governo está a actuar da melhor forma para serem resolvidos os muitos casos de cidadãos que não dispõem de recursos para resolver o seu problema habitacional.

O chamado Programa Especial para S. Miguel prevê 200 mil contos para combate a bolsas de pobreza, principalmente em matéria de habitação.

Parece-nos necessário desencadear muito rapidamente um processo empenhado de resolução das situações de maior degradação, actuando-se no sentido de recuperar os bairros, realojar famílias, arranjar solução para os que vivem em casas degradadas não própria, arranjar solução para os muitos casos de casas sem dimensão para o respectivo agregado familiar, etc..

Tudo isto merece uma acção rápida e urgente.

Tudo isto merece um esforço excepcional.

Tudo isto merece um reforço em verbas.

O chamado Programa Especial de S. Miguel, não é nem um programa deste Plano, nem um programa integrado para resolver uma situação grave, mas sim e apenas três reforços de verbas de outros programas e a criação de uma rubrica sobre habitação sem projecto visível e apresentado.

O PCP propõe que as verbas atribuídas a

saneamento e caminhos periféricos constantes do programa especial sejam integrados nos respectivos programas e que a verba atribuída a habitação, integrada nesse programa, seja reforçada e transformada num **Programa Urgente para Resolução de graves problemas habitacionais em S. Miguel**.

Esse **programa urgente**, deverá, na nossa opinião, ser posteriormente, na vigência do próximo PMP, transformado num programa global, para toda a Região, de resolução dos problemas de habitação que afectam as camadas de menores recursos e também os jovens.

O PCP empenhou-se e empenha-se em contribuir para alterações concretas de política na questão da habitação.

Assim procedemos no caso do Bairro da Lagoa, e continuaremos a actuar, para que os mais necessitados vejam o seu problema habitacional resolvido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP já apresentou diversas propostas de alteração e apresentará ainda outras.

Gostaria de deixar expresso que tal atitude é não só, nosso pleno direito, como principalmente nosso dever político, como o é de qualquer deputado. No quadro deste Orçamento e deste Plano podem-se utilizar as verbas melhor ou pior, podem-se corrigir injustiças, ou mantê-las, pode-se encarar situações excepcionais ou deixar que elas se agravem.

O PCP pensa que o Orçamento e o Plano já aprovados na generalidade podem ser melhorados na especialidade.

O PSD ao proceder como anunciou, ou seja, não considerar qualquer proposta de alteração, apenas visa acentuar uma atitude de violência política e parlamentar, que só não é gratuita porque traz graves prejuízos à Região.

Disse. Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Braga.

**Deputado João Braga (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao termos que falar de estradas, acho oportuno abordar algumas questões que vão abranger toda a rede viária, mesmo aquela que não se encontra à responsabilidade do Governo Regional.

O Plano de 1987 preconizava uma série de acções na parte de construção de estradas, com menção dos respectivos troços, que na sua maioria transita para o ano de 1988, indicando que muito pouco se fez nesta matéria de estradas, o que aliás, o próprio Plano reconhece, o mesmo acontecendo em relação às grandes reparações e também no que se refere à sua conservação. A nível regional, com excepção de um ou outro troço de recente construção, mormente na Ilha de S. Miguel e Terceira, as estradas apresentam uma

imagem pobre, e pouco cuidada, destoando das belezas naturais que a natureza nos propiciou, e são um dos indicativos visíveis de que as coisas não vão assim tão bem como se pretende fazer crer.

O que se vem passando em termos de estradas, e isto que vou referir é sobretudo o que se passa em Santa Maria, reflectindo-se com maior ou menor ênfase pelo todo regional, é que as Divisões do Equipamento Social, espalhadas por essas ilhas, servem de pau para toda a obra, acodem às mais diversas situações, e realmente as obras a que estão obrigadas pelo Plano em termos de estradas vão ficando para trás de ano para ano. Em 1987 em Santa Maria repararam-se apenas 1 700 metros de estrada. Entretanto a Divisão do Equipamento Social, esteve na protecção da orla marítima, no arranjo de portos de pesca e numa série de outras acções do âmbito de outras Secretarias. É evidente que esta dispersão de acções não está correcta, uma vez que os serviços não estão dimensionados para o efeito. Há que encontrar outras formas, e estas terão que passar, ou por redimensionamento dos serviços ou então será mais lógico que se adjudiquem parte das acções à iniciativa privada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Além de tudo isto o Governo não poderá dissociar-se da rede viária na sua globalidade, e nomeadamente daquela à responsabilidade das autarquias. Há autarquias que devido aos mais variados factores, quer de ordem orográfica, quer de povoamento, quer ainda de divisão da propriedade têm à sua responsabilidade uma rede viária que ultrapassa em muito a extensão das estradas regionais (Santa Maria tem mais do triplo), e a maioria das autarquias não tem capacidade quer técnica, quer financeira para fazer face aos problemas que se põem na rede viária à sua responsabilidade. São as estradas e caminhos municipais, e os caminhos vicinais que muitas vezes são caminhos de penetração.

O Governo terá que olhar esta questão como fazendo parte do seu todo regional, para a qual terão de se encontrar soluções, procedendo-se a uma reclassificação das vias, e assumindo a responsabilidade de parte delas de acordo com a capacidade de cada autarquia e encontrando também esquemas de apoio à semelhança do que está a ser feito para o abastecimento de água às populações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O estado da rede viária no geral começa a ser preocupante, e em alguns casos quase que se está a atingir uma situação de rotura.

Não são feitas em muitos casos as beneficiações mínimas. Os sistemas de drenagem das águas

ou estão danificados ou obstruídos, não havendo por isso o encaminhamento adequado das águas, o que por vezes acarreta prejuízos grandes, a agrava a situação à medida que os anos vão passando, e as soluções vão sendo proteladas.

Os temporais e chuvas têm muitas vezes servido de escudo a este estado de coisas. Contudo, o certo é que temporais e chuvas abundantes sempre os tivemos, e decerto vamos continuar a tê-los, dada a nossa proximidade do eixo de passagem dos grandes centros depressionários característicos do Atlântico Norte, devendo por isso serem encetadas as medidas adequadas para que a nossa rede viária esteja preparada para esses fenómenos, o que, a acontecer, decerto que iremos sentir menos os efeitos perniciosos das chuvas torrenciais mais prolongadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que se refere ao projecto 57 sobre calamidades e estragos, há a referir que o Plano apresenta uma dotação insuficiente. São 150 mil contos para a Ilha de São Miguel, que pressupomos seja para cobrir estragos do corrente ano, e 50 mil contos para as restantes ilhas, que não se encontra desagregado, e que nos parece muito pouco.

É do conhecimento do Governo que no passado mês de Outubro chuvas torrenciais que duraram algumas horas e vento forte provocaram enormes estragos por toda a Ilha de Santa Maria, em estradas, em caminhos, em moradias, etc., que segundo me foi dado a conhecer o montante dos prejuízos andarão à volta dos 100 mil contos. Neste projecto que visa colmatar estas ocorrências seria lógico e mais que justo que na desagregação espacial se tivesse em conta emendar a dotação zero da Ilha de Santa Maria para um valor que se aproximasse do volume dos estragos causados no corrente ano.

Tenho dito.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

**Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dizer, quanto aos temporais e ao Programa 57, que o mesmo não está bem dotado - e eu disse-o - porque não foi possível. Seria óptimo dotá-lo com um milhão de contos, mas só o dotámos - repito - com o que foi possível.

Como os Srs. Deputados sabem, o mesmo já foi reforçado este ano e, naturalmente, poderá ser reforçado novamente. São coisas imprevisíveis!

O Sr. Deputado falou em 100 mil contos, o Sr. Presidente da Câmara, do Partido Socialista, tinha falado em 40 mil, depois já se falou em 60 mil. Parece que os números são atirados de

qualquer forma. Penso que seria melhor quantificar esses números. Além disso, vem-se queixar das estradas regionais mal cuidadas e, ao mesmo tempo, quer passar estradas mal cuidadas de si (e muito!) que são da responsabilidade da Câmara PS.

Ora, se o PS fosse Governo seria um desastre terrível porque, se as Câmaras PS não conseguem fazer as suas estradas, como é que querem atirar para o Governo mais estradas já que criticam que elas são tão más?! Não é assim muito lógico.

Além disso, o Sr. Deputado tem viajado pouco por essas ilhas. É melhor viajar mais um bocado para ver o estado em que estão as estradas e como elas eram há bem pouco tempo - incluindo as de Santa Maria.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Braga.

**Deputado João Braga (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional do Equipamento Social:

A situação da Ilha de Santa Maria é um bocado diferente das outras ilhas: o Equipamento Social possui 57 quilómetros de estrada; a Câmara tem quase 200 quilómetros de estradas, caminhos e caminhos vicinais.

Em 1984, se não estou em erro, a Câmara Municipal propôs ao Governo Regional para tomar conta de 15 quilómetros de estradas que, mais ou menos, têm as características das regionais, nomeadamente as de acesso ao aeroporto, a estrada de Valverde, a estrada da Praia à Fonte Jordão e, em reunião do Governo, este aceitou tomar conta dessas estradas. Somente o Equipamento Social é que andou a empatar estes anos todos e, até à data, não tomou conta das estradas.

É evidente que, quando o Equipamento Social tem 40 mil contos para as estradas, ou seja, para 57 quilómetros de estrada em Santa Maria, e a Câmara dispõe de 6, 7 ou 8 mil contos, no máximo, para fazer reparações em 200 quilómetros de vias que não têm as características das do Equipamento Social (menos gastos é lógico), claro que a Câmara com 6 ou 7 mil contos nunca poderá dar solução às vias municipais de Santa Maria. Elas estão a atingir um tal grau de degradação que o Governo tem que olhar por isso. A Câmara não pode fazer quando não tem verbas ou não lhes dão os meios para tal!

**Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos):** As outras também não podem!

**O Orador:** Não é por ser Socialista ou por ser do PSD!

Tenho dito.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

**Deputado José Manuel Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para um protesto muito rápido. E protesto porque entendo que o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social não tem o direito de tentar, por causa de uma situação de uma Câmara Municipal Socialista, remeter idêntica situação para a eventualidade de "quando o PS for Governo na Região Autónoma dos Açores".

E isto porque o Sr. Secretário sabe (e muito bem!) que a Câmara Municipal de Vila do Porto, sendo do PS, não dispõe do equipamento que o Governo Regional tem. E mais: o próprio equipamento que o Governo dispõe na Ilha de Santa Maria, que poderia dar uma ajuda substancial à Câmara Municipal, muitas vezes é boicotado e é manifestada uma má vontade do Equipamento Social na ajuda à Câmara Municipal de Vila do Porto.

É este o protesto! O Sr. Secretário Regional não tinha o direito e não esperava, sinceramente, da sua parte, tal resposta!

Muito obrigado.

(Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social para um contraprotesto.

**Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Câmara de Vila do Porto tem sido apoiada pelo Equipamento Social como qualquer outra Câmara.

**Deputado José Manuel Bettencourt (PS):** Isso é que era bom!!!

**O Orador:** Além disso, nesta Assembleia, e há bem pouco tempo (não foi há muitos meses), eu disse que o primeiro apoio que foi dado a uma Câmara Municipal, após os temporais, foi à de Vila do Porto - e posso comprová-lo com documentos oficiais. Por isso, estamos totalmente à vontade para o fazer.

Agora, se a Câmara tem uma rede de estradas muito grande, há umas que têm maiores e outras mais pequenas e as pessoas já sabem o que têm ao seu cuidado. A Junta Autónoma de Estradas passou, recentemente, 12 mil quilómetros de estradas para as autarquias do Continente. Isso é uma questão de opção: se querem dar tudo ao Governo, ou melhor, as estradas todas, também hão-de dar outras coisas! O Governo ficará com tudo!

**Deputado José Manuel Bettencourt (PS):** Então não faça comparações que não existem!

**O Orador:** São comparações, sim senhor!

**Deputado José Manuel Bettencourt (PS):** Não são comparações!

**O Orador:** Aproveitem bem os meios, aproveitassem bem o dinheiro que foi dado, nessa altura,

para "calamidades e estragos", e talvez tivesse sido mais proveitoso!

**Deputado José Manuel Bettencourt (PS):** A sua Secretaria tem boicotado a Câmara de Vila do Porto!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Braga.

**Deputado João Braga (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional do Equipamento Social:

É evidente que o Sr. Secretário Regional não está a par de todos os assuntos da Câmara. Mas o que acontece é o seguinte: a Câmara está à espera que o Governo dê as verbas que estão pedidas já desde 1984 para certos investimentos de abastecimento de água.

Estamos no final de 1987; o Governo tem uma Resolução, que é a 312/87, e ainda não chegaram verbas, absolutamente nenhuma, à Câmara Municipal de Vila do Porto; a Câmara tem obras adjudicadas; tem compromissos assumidos que tem que satisfazer, e o Governo não dá as verbas, ou melhor, não chegaram as verbas, e, automaticamente, as outras coisas ficam para trás.

**Deputado José Manuel Bettencourt (PS):** Isso não é boicote, não?!

**Presidente:** Srs. Deputados, suponho que este assunto está esclarecido e, assim sendo, vamos fazer um intervalo de 20 minutos e, depois, continuaremos os nossos trabalhos.

Eu pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares que se reunissem comigo porque precisamos ter uma pequena conversa.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 17.30 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 18.05 horas)

No prosseguimento da discussão destes assuntos relacionados com o Equipamento Social, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Talvez seja a altura, nesta discussão de temas relativos ao Equipamento Social, de tecer algumas considerações e deixar aqui arquivada, perante os Srs. Deputados, a posição do Partido Socialista em relação ao "Programa Especial para S. Miguel", na medida em que, sendo um programa multidisciplinar, tem uma componente cuja dotação em mais de 50% é para a habitação e para programas de equipamento social.

Já tive oportunidade, nesta Câmara, de intervir numerosas vezes sobre os problemas relativos à pobreza na Ilha de S. Miguel e, inclusive, na discussão na generalidade deste Plano, de dispor a posição do meu partido sobre os problemas

de S. Miguel.

Disse e repito aqui e não posso deixar de o fazer, que o Programa Especial denominado "para aceleração da resolução de problemas de particular gravidade na Ilha de S. Miguel", é tudo menos um programa com a roupagem que se lhe procurou dar, ou seja, não corresponde a qualquer espécie de acções integradas no âmbito do combate à pobreza, combate esse que é absolutamente necessário empreender e empreendê-lo nesta fase de emergência onde ele assume proporções de absoluta prioridade - e essas proporções manifestam-se, no momento, em largas zonas da maior ilha dos Açores.

A especialização espacial de um programa de combate à pobreza justifica-se amplamente: há pobres por todos os Açores - e naturalmente que os haverá, por exemplo, no Concelho da Praia da Vitória - mas os casos de concentração característica dessas bolsas de degradação social, em S. Miguel, justificam a adopção de um programa específico, que não será, de resto, novidade porque não poderá ser muito diferente do aplicado, por exemplo, ao nível do Continente, para a Região de Setúbal, embora aí obedecendo a outros problemas de caracterização da pobreza que têm um pouco a ver com a proletarianização industrial e com o próprio desemprego - que não são componentes dominantes, obviamente, de um programa a implementar no caso de S. Miguel - mas também não será novidade a existência de programas específicos ou apenas para uma localidade, visto que até programas desses são subsidiados pela Comunidade Económica Europeia e com incidência em variadíssimas regiões e fenómenos de países europeus que, anualmente, são desenvolvidos e este ano começarão - e não sei se isso terá alguma relação ou não com este programa de S. Miguel - mas este ano haverá um número de 4 a 6 programas possíveis no âmbito do combate à pobreza que serão subsidiados pela Comunidade Económica Europeia.

Talvez fosse altura de o Governo, sobre essa matéria, encetar os contactos necessários - se eventualmente não os fez - para que esse combate possa ser participado no âmbito daqueles programas que existem e que são denominados de "Acção e investigação sobre a pobreza" e que têm sido estudados no âmbito da CEE.

Naturalmente que, do nosso ponto de vista, a verba que foi inscrita no Programa de 1 milhão e 500 mil contos e que eram 200 mil contos para o combate à pobreza, particularmente no sector da habitação, é uma verba cautelar que permitirá algumas acções, no ano de 1988, as quais, todavia, se situam no âmbito de um conjunto reduzido de casos extremos de pobreza e de habitação que, não se inserindo já no Plano Integrado

de Apoio Comunitário em S. Miguel, serão, ao que sei, executados sob a orientação ou sob a consulta da respectiva Comissão Coordenadora.

Em todo o caso, é preciso que não se tenha a ideia de que estas verbas surgem aqui depois de ter havido um estudo da Comissão Coordenadora do Plano Integrado para que elas aqui surgissem. Esta verba surge aqui sem nenhuma conexão directa com as eventuais acções que sairão - e que ainda não foram definidas - do âmbito dessa Comissão Coordenadora de que, de resto, como se sabe, fazem parte deputados do PSD, do PS e do PCP.

Para o PS, portanto, o financiamento de um Plano Integrado de Apoio Comunitário em S. Miguel é indispensável. É indispensável porque, como disse um deputado do PSD, se se tivessem estabelecido prioridades correctas e realistas, tais situações não existiriam.

Mas é indispensável, não como uma conquista do PSD, não com a tentação de lhe chamar uma vitória de grupo, mas como consequência de 11 ou 12 anos de governação que levaram a maior ilha dos Açores a uma situação de gritantes desigualdades sociais e económicas e desequilíbrios profundos que requererão um exigente e dispendioso tratamento moderador!

(Vozes do PS: Muito bem! Apoiado!)

(Vozes do PSD: Não apoiado!)

**O Orador:** Mas uma coisa é um Programa Especial para a pobreza em S. Miguel e outra coisa é um programa para efeitos especiais em S. Miguel - que é o que se trata efectivamente - não se hesitando para o efeito - que é o que me pareceu que fez o Governo na sua proposta de Plano e Orçamento - em agitar voluntária e deliberadamente uma situação de divisão de tratamento entre ilhas, elencando, no Programa 66, acções que podiam estar noutros programas correlativos do Plano, devidamente desagregados e sem prejuízo da sua aplicação espacial na Ilha de S. Miguel.

Recusamo-nos, portanto, na perspectiva do Partido Socialista, a encarar as verbas em questão dessa forma e a ter uma análise delas fundada na necessidade de que todas elas devam constar de um programa especial de favorecimento de uma ilha.

Temos repetidamente arguido em função da escassa disponibilidade financeira dos municípios que, em particular em Ponta Delgada, o Governo deveria avocar as responsabilidades técnicas e financeiras a empreendimentos de grande vulto que, pela sua premência, pelo seu volume de encargos, tal como os das vias de acesso à cidade de Ponta Delgada e prolongamento da avenida litoral, não podem ou são incompatíveis para o respectivo município.

A necessidade desses empreendimentos serem



assumidos pelo Governo foi, se não em primeiro lugar, numa fase bastante recuada e antes de se pensar em qualquer espécie de planeamento desta natureza, reivindicada pelo PS, chegando mesmo a escrevê-lo no seu último manifesto eleitoral para as eleições autárquicas de 1985.

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** É campanha eleitoral, Sr. Deputado?!

**O Orador:** É onde as pessoas podem dizer as coisas!

E permito-me, de resto, dizer qual era o nosso pensamento sobre esta matéria nessa altura. E dizia-se nesse manifesto:

"Para além das formas previstas na lei para a cooperação financeira entre a Administração Regional e Local, existe um conjunto de investimentos necessários que o PS diz que o Governo é que deve executar e não a Câmara, quer pelos seus avultados e inoportunos custos, quer pela sua dimensão e finalidades, que ultrapassam o interesse exclusivo da área de jurisdição do município. Por exemplo: é preciso que a Câmara tenha a coragem de dizer que não há plano possível para a redução do problema de trânsito na cidade com novos sinais de trânsito, mudanças de sentido nas artérias citadinas ou reforço do policiamento sobre os condutores. Toda a questão quase se resume às vias de acesso e saída da cidade, onde se encontram infraestruturas que servem a ilha inteira, como o aeroporto e o porto, e, por isso mesmo, não podem nem devem constituir investimento do município de Ponta Delgada".

A leitura deste documento não pretende, obviamente, dizer que o Partido Socialista se sinta com direitos de propriedade ou direitos de autor sobre este ou outros quaisquer assuntos. Significa, apenas, que o Partido Socialista não adere à ideia de que o Governo deveria avocar a responsabilidade financeira e de execução dessas obras, que o Partido Socialista tem essa sua convicção desde há muito fundada, e que, por isso, apoia essas dotações e a forma como elas são apresentadas.

Outra coisa, porém, é que elas sejam, sem eficácia, incluídas no Programa 66 e numa perspectiva em que nós entendemos não dever ser a perspectiva que devia ser valorizada; elas são obras de interesse eminentemente regional; têm até uma relação profunda com outras infraestruturas de interesse eminentemente regional; não são obras que a uma determinada fase do planeamento regional se entendeu que se devia relevar como: "Agora sim, vamos recuperar em S. Miguel aquilo que não foi feito"! Não! Essa obra insere-se, e deve-se inserir, na política de infraestruturas que o Governo tem; é, pelo menos, uma componente essencial e é uma componente que não pode ser desenvolvida com o recurso exclusivo dos meios financeiros da Câmara Municipal, neste caso!

Assim, as questões que colocamos à volta deste Programa não têm a ver com uma discordância quanto às suas acções a desenvolver, como vimos, nomeadamente quanto às vias de acesso a Ponta Delgada e aos problemas de saneamento básico nas Sete Cidades, Arrifes e Furnas.

É evidente que temos algumas dúvidas quanto ao enquadramento legal destas avocações do Governo, no caso do saneamento básico, face à legislação regional ou à própria Lei das Finanças Locais que disciplinam os termos da cooperação financeira entre os Poderes Local e Regional. Todavia, sendo o Orçamento, ele mesmo, um acto normativo, tendo-se em conta, inclusivamente, que as situações que se vivem frequentemente, por exemplo, nos Arrifes, decorrentes de chuvadas, têm espalhado verdadeiras calamidades ali e nas zonas circunvizinhas, a intervenção do Governo nesta matéria acaba por constituir uma obrigação, resultante de um estado localizado de emergência, sem prejuízo do espírito que preside às disposições legais, quer na Região, quer através da Lei das Finanças Locais.

Portanto, a posição do PS em relação ao Programa 66 é muito clara: é a de apoio do ponto de vista das suas funções; é a de discordância do ponto de vista da sua inserção no documento do planeamento regional!

Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional, Sr. Deputado Carlos César:

Em primeiro lugar, queria congratular-me pela forma como V. Ex<sup>a</sup> expôs as nuances por que passa o Programa 66 do Governo Regional dos Açores sobre as acções previstas para S. Miguel.

V. Ex<sup>a</sup>, uma vez mais, e na sequência de anteriores posições tomadas nesta Assembleia, encara o problema de frente e seriamente; subscrevo algumas das suas observações no sentido da urgência em atacar aquelas acções e aquelas situações que se vivem na Ilha de S. Miguel; quanto à metodologia, quanto à forma por que estas acções deverão ser combatidas, penso que ainda teremos muito tempo para falarmos sobre o assunto.

De qualquer modo, Sr. Deputado Carlos César, gostaria de dizer-lhe o seguinte, também com a seriedade com que V. Ex<sup>a</sup> expôs na tribuna esse problema:

É um problema que diz respeito a todos nós, mas em particular àqueles que, no dia a dia, contactam, não só com a contínua degradação da qualidade de vida naquela ilha, e no Concelho de Ponta Delgada em particular, como também

àqueles que conhecem um pouco a vida desta Região e, no caso concreto, da Ilha de S. Miguel.

Só queria dizer-lhe que penso que, se não tivesse aparecido, neste Plano para 88 do Governo Regional dos Açores, a criação de um programa especial para acudir às necessidades e a aceleração da resolução de problemas de gravidade na Ilha de S. Miguel, nós estaríamos aqui, neste momento, a discutir ainda - como já discutimos várias vezes e como já explicitámos várias vezes na sequência até de fortes pressões que os Órgãos de Comunicação Social, daquela ilha, fizeram sobre essa matéria, denunciando situações altamente "terceiro mundistas" e na sequência também de intervenções que V. Ex<sup>a</sup> aqui fez nesta Assembleia Regional na sequência de um relatório importante que a Comissão dos Assuntos Políticos e Administrativos fez, em 6 de Outubro de 86, salvo erro - estaríamos a discutir ainda, repito, esses problemas: os problemas da lixeira, os problemas do acesso à cidade de Ponta Delgada, os problemas das bolsas de pobreza, etc..

Felizmente que hoje já não estamos, neste momento, a discutir isto; estamos, sim, a discutir é a metodologia para atacar de frente esta questão!

É por isso, Sr. Deputado Carlos César, que eu subscrevo, em parte, o que disse, mas queria precisar exactamente o seguinte:

Se não aparecesse, neste Plano de 88, esta referência a um programa específico para a Ilha de S. Miguel, continuaríamos aqui a bater na mesma tecla, a denunciar situações - em que eu estaria, é óbvio, na primeira linha - de degradação humana e de degradação da qualidade de vida. Como afinal o Governo incluiu no seu Plano este programa especial, estamos já a discutir a metodologia de ataque a estas frentes.

Alguns dados são já conhecidos da Comissão Permanente do Plano Integrado de Acção Comunitária sobre essa matéria e, no termo da habitação degradada, não são conhecidos ainda os relacionados com o Concelho de Ponta Delgada. Todavia, o número já conhecido deixa-me sérias preocupações sobre a forma como se irá acudir rapidamente a esta matéria.

De qualquer maneira a Comissão Permanente do PIAC está a equacionar esse problema; algumas acções irão ser iniciadas em breve, segundo estou informado, e teremos, com certeza, ocasião para voltar a falar no assunto.

De qualquer modo, penso que a inclusão do Programa Especial no Plano de 88 é uma forma de dar resposta à onda de grande contestação e de grande denúncia que havia, não só da parte da Comunicação Social, mas também da parte da Comissão Parlamentar e da parte dos Srs. Deputados, isoladamente ou em conjunto, sobre uma forma de responder e de dizer às pessoas que

o assunto não está esquecido e que chegou à altura de atacar de frente esse problema.

E se me permite também, ainda gostaria de dizer que estas situações, que agora se descobrem e se detectam na Ilha de S. Miguel, só foram possíveis devido àquilo que se convencionou chamar (e muito bem!) "o desenvolvimento harmónico da Região", e enquanto na Ilha de S. Miguel havia alguma indiferença perante o que se passava nas classes mais desfavorecidas, foi preciso que a Comunicação Social, através dos jornais e da televisão, exercesse e mostrasse ao resto das pessoas como é que viviam irmãos seus na mesma ilha e na mesma cidade. Foi exactamente um despertar de um certo alheamento da colectividade onde se inserem estas situações de maior degradação. Não diria que elas são exclusivas da Ilha de S. Miguel! Nalgumas ilhas que nós conhecemos - e não vale a pena entrar em pormenores - mesmo muito perto do centro de uma cidade dos Açores, havia uma situação altamente degradada, talvez ao mesmo nível de algumas bolsas de pobreza que se conhecem em S. Miguel. Só que, no caso concreto dessa cidade, isso nunca aparecia nos jornais. Uma vez até perguntei a um Director de um jornal, aqui do Faial, por que é que não aparecia a denúncia daquela situação, e essa pessoa disse-me que o assunto estava a ser tratado e resolvido a nível da Câmara Municipal e que não valia a pena alertar a opinião pública para uma situação daquelas. Só que em S. Miguel foi preciso alertar a opinião pública para os factos altamente degradantes que se passavam, em termos de qualidade de vida, em termos de bolsas de pobreza.

É por isso, Sr. Deputado Carlos César - e para finalizar a minha intervenção - que estou de acordo com a inclusão desse Programa Especial no Plano 88 e também me congratulo com a forma séria com que V. Ex<sup>a</sup> abordou este aspecto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra para fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos César.

O Sr. Deputado Carlos César referiu-se ao Programa Especial para a Ilha de S. Miguel, teceu algumas considerações sobre ele e fez outras considerações sobre o que tem sido o Plano de Desenvolvimento Regional. O que eu lhe perguntava era o seguinte:

- Quando se refere a S. Miguel, acha o Sr. Deputado ou não que ao longo destes últimos anos houve ou não uma transformação grande sobre a maneira como se vivia, as hipóteses que se tinha em todos os campos, quer no da educação, quer no da saúde, na habitação, enfim, em todos

os outros, relativamente à Ilha de S. Miguel?

Por outro lado, também lhe queria dar uma informação: o Governo Regional - e o PSD é o responsável pelos diversos Governos que têm governado esta Região - tomou uma opção, e a opção foi realmente procurar aproximar todas as ilhas da Região, elevar o seu nível de vida e procurar obstar a todos os entraves que se faziam sentir ao desenvolvimento de todas as parcelas desta Região.

Quando nós deparámos com isso, a cidade de Ponta Delgada era a que, naquele momento, tinha melhores condições: tinha porto, tinha aeroporto e tinha uma iniciativa privada das mais dinâmicas. Portanto, era importante investir nos outros locais: era importante investir no Corvo, era importante investir no Nordeste, era importante investir em Santa Cruz da Graciosa.

Foi isso que foi feito! Todas essas parcelas da Região, hoje em dia, não têm comparação possível com aquilo que eram há 11 anos atrás. Hoje, mercê dessas condições, é difícil separar aquilo que se passa no Concelho de Ponta Delgada porque não deixou de acompanhar essa evolução e, claro, quando há evolução, há mais necessidades, ou melhor, essas necessidades aumentam e se aumentam é necessário fazer face a elas. Por isso mesmo, o Governo entendeu (e do meu ponto de vista e do ponto de vista da minha bancada muito bem!) encará-las de frente, e encará-las especialmente porque não foram contempladas nestes últimos tempos. E não foram porque havia outras parcelas da Região que precisavam de ser atacadas de maneira a que as pessoas tivessem possibilidades de uma vivência melhor. Foi isso que se conseguiu!

Chegou a vez do Concelho de Ponta Delgada, porque não é a Ilha de S. Miguel, Sr. Deputado, e o Sr. se fala na ilha de S. Miguel, realmente está a fazer uma confusão muito grande! A Ilha de S. Miguel é completamente diferente daquilo que era há alguns anos a esta parte.

O Concelho de Ponta Delgada tem realmente necessidade de se atacarem problemas que são específicos e que se criaram, sobretudo, pela evolução que os Governos do PSD foram capazes de dar à Região!

(Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!)

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Alguns usam óculos escuros, mas os outros é que não vêem?!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O facto do Sr. Deputado Carlos César ter trazido explicitamente, de novo, ao debate na

especialidade os aspectos relacionados com o Programa 66 e que, na altura, tive já oportunidade de aplaudir tudo o que, em linhas gerais, foi dito pelo Sr. Deputado e também a circunstância do Sr. Deputado Jorge Cabral ter feito uma intervenção no mesmo sentido, leva-me a ter que contribuir também - e para alguma reflexão - dizendo, desde logo, que também concordo com as linhas gerais da exposição do Sr. Deputado Jorge Cabral. Obviamente que a nossa divergência está apenas, e só, para já, ao nível formal - e isto é importante porque se trata dum Plano.

Tive já oportunidade de o denunciar aquando da discussão na generalidade, mas agora, que já fizemos entrega à Mesa da Assembleia de um conjunto de propostas que visam exactamente corrigir essa matéria e dar-lhe o tratamento adequado, parece oportuno desenvolver o raciocínio.

Não me vou ater muito em questões importantes e corajosamente ditas pelo Sr. Deputado - o que não é, de resto, a primeira vez que o faz nesta Casa - quanto ao reconhecimento, por todos, de que se vivem em S. Miguel situações de contínua degradação. De resto, é salutar verificar - e pela parte do Sr. Deputado isso tem acontecido nesta Casa - os seus diagnósticos primam, efectivamente, por uma tentativa de realismo que, infelizmente, não se consegue observar nos documentos oficiais e, como o Sr. Deputado referiu (e muito bem!), foi sobretudo através da Imprensa e de uma acção altamente meritória dos Órgãos de Comunicação Social que essas matérias subiram à preocupação regional - pelo menos com a intensidade com que isso aconteceu.

Isso é importante, e eu saúdo o facto do Sr. Deputado ter tido a coragem de o dizer aqui e, por conseguinte, julgo que esse facto ajuda muito a perceber a tentativa que o Governo teve de dar a forma que deu a essa matéria, não a forma normal, a forma responsável, a forma tecnicamente adequada e que todos esperávamos...

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** O Governo não age com o que dizem os jornais! O Governo age por aquilo que dizem os deputados da maioria!

**O Orador:** Mas, como ia dizendo, esse alerta que o Sr. Deputado Jorge Cabral aqui trouxe e que obrigou a que, este ano, o Governo Regional conseguisse apresentar ao Parlamento uma verba que, segundo creio, é da ordem dos 200 mil contos para combate a bolsas de pobreza principalmente em matéria de habitação, e tendo em conta também a denúncia feita pelo Deputado Carlos César de que essa verba aqui proposta não tem qualquer origem na Comissão especializada que, para estudo da situação, trabalha em S. Miguel, não podemos entender isto senão como uma resposta política, a atirar, à partida, com 200 mil contos para um determinado fim.

Já tivemos oportunidade de dizer que aceitamos e louvamos o facto do Governo, finalmente, apresentar um projecto para esse fim. Está em causa aqui é a fundamentação do projecto, e isso teremos oportunidade de ouvir (ou talvez não), porque isso é da área do Equipamento Social e até ao momento - e é isso que está em discussão neste momento na Assembleia - o Sr. Secretário não teve ainda oportunidade de desenvolver as intenções da sua Secretaria relativamente a esse projecto. Mas como ainda estamos em discussão, iremos ter essa oportunidade, certamente, e, por isso, dou o benefício da dúvida.

Portanto, temos aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, aquilo que eu entendo que será, em princípio, um projecto. E aqui queria chamar a atenção, se me permite o amigo Deputado Jorge Cabral, é que isto não é um programa, nem o Governo foi tão longe (e aí honra lhe seja feita!), julgo que abusou demasiado da nossa inteligência e da bondade desta Assembleia, mas não foi ao ponto de chamar ao programa "Programa de Combate às Bolsas de Pobreza" e, depois, lá meter-lhe aquilo que ele meteu: os caminhos de penetração, que julgo que não estão nessas zonas, ou seja, essas zonas não vão ser beneficiários directos das acções nos caminhos de penetração, nem das outras que aqui estão, como a da recuperação do património arquitectónico porque, esses, talvez, sejam os que menos se interessam, por razões evidentes, com o problema do património arquitectónico, uma vez que eles nem têm o seu próprio património humano devidamente dignificado.

Ora, enquanto a Região - que somos nós todos - não conseguir dignificar humanamente essas pessoas, obviamente que eles não vão ser os primeiros a se preocuparem com as questões da recuperação do património arquitectónico.

Mas, como dizia o Sr. Deputado, e muito bem, isso foi uma questão em que a própria Comunicação Social não foi indiferente quanto ao mérito que teve no despoletar de tudo isso, e a Comissão da Assembleia Regional, competente para o efeito, também teve, na altura, a coragem de apresentar um documento que mexeu com esta Câmara e mexeu com a Região - e é bom que essas coisas fiquem registadas para que não nos esqueçamos disso.

Mas claro que o Governo, ao pôr esse título nesse programa anormal - o número 66 -, jogou, depois, com o tratamento que lhe ia ser dado, e ao que nós temos assistido é a um programa especial para combate às situações de degradação e de bolsas de pobreza em S. Miguel - ou no Concelho de Ponta Delgada, como agora já parece que é só o caso do Concelho de Ponta Delgada.

Aqui é que está o grande equívoco! E eu gostaria que nós, como deputados, que temos obrigação de observar isso em profundidade, não tivéssemos a tentação de também confundir esse programa

com o programa de combate às situações e às bolsas de pobreza.

Assim, perguntava ao Sr. Deputado se, sob o seu ponto de vista, e tendo em conta as suas palavras, não considera que o que esse programa contém, com vista ao ataque da situação social de S. Miguel, é apenas um projecto - o chamado "projecto de combate às bolsas de pobreza" - e se, tal como o Grupo Parlamentar do CDS apresentou, não acha que esse projecto se enquadrava normal, perfeita e coerentemente no Programa nº 20, cuja proposta que aqui apresentamos tivesse uma justificação: "a proposta de reforço de verba deste programa tem como objectivo a criação de um novo projecto (porque, isso sim, trata-se de um novo projecto que até hoje não fazia parte do rol de projectos da Administração Regional, que seria o projecto 20.9 já que existem oito nesse programa) de combate às bolsas de pobreza". Mas, sob o seu ponto de vista, isto não está correcto, vê nisso algum inconveniente e o objectivo final poderá ser, eventualmente, afectado por isso?

O mesmo tipo de questão lançaria ao Sr. Secretário Regional do Equipamento Social em relação a esse programa, bem como em relação também ao Programa 56 das estradas regionais:

- Uma vez que no tal dito Programa 66 aparece um pseudo-projecto de vias de acesso a Ponta Delgada, por que razão é que essa verba de 500 mil contos não é incluída no seu sector próprio, acrescentando-se o projecto de vias de acesso a Ponta Delgada ao lado de muitos outros de fundamental importância que aqui estão e, assim, sucessivamente?

Portanto, gostaria que houvesse um pronunciamento formal sobre a matéria.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas algumas observações muito rápidas, na medida em que nós temos um problema de gestão do nosso tempo, que é pouco. E apenas para dizer o seguinte:

É preciso que estas questões se tornem mais claras! Não estamos à volta dos problemas da pobreza; estamos à volta de problemas que assumem um carácter muito sério e estamos à volta de problemas de infraestruturas sobre as quais não existem grandes dúvidas em relação ao posicionamento, creio eu, de todas as forças políticas! - incluindo o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que pareceu concordar com elas.

Portanto, não se questiona o que é inquestionável! Não há nenhuma necessidade disso! A única necessidade que há, é de clarificar o seguinte: é que, da parte do Partido Socialista, nós temos

uma ideia de que é incorrecta a forma como esta questão veio aqui ser colocada na formulação do Plano! Entendemos que o facto de se ter constituído um "programa especial para aceleração da resolução de problemas na Ilha de S. Miguel" - o Governo escreveu na "Ilha de S. Miguel" e não no "Concelho de Ponta Delgada", e disso não tenho nenhuma culpa, mas como o Governo escreveu isso é isso que está em causa para ser discutido - nós entendemos, e dissemos logo, que apenas se justifica a criação de um programa - face aos programas que habitualmente têm vindo no planeamento regional nos últimos 4 anos - mas, dizia, só se justifica a existência de um plano para aquilo que é novidade, e aquilo que é novidade, em termos de tipo de acções a desenvolver, é a **existência eventual, no decorrer de 1988**, da necessidade de não aguardar nenhum tempo pela execução dos trabalhos que têm a ver com o Plano Integrado de Apoio Comunitário em S. Miguel.

Assim, o Partido Socialista dá o seu inteiro apoio, reafirma a necessidade até de que talvez o dinheiro venha a ser pouco, Sr. Deputado, para se não esperar um único momento depois de estabelecidas as prioridades e concluídos os estudos, que estão em fase de conclusão, do Plano Integrado de Apoio Comunitário da Ilha de S. Miguel.

Esta é apenas a questão que se colocou: nós entendemos, tal como já disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, tal como é objecto das nossas propostas de alteração, que essas verbas se destinam a realizações e a acções inteiramente justas, mas que, do nosso ponto de vista, têm o seu lugar no Plano ao lado dos sectores onde efectivamente elas decorrem. E nós entendemos também - já o dissemos e não podíamos deixar de o dizer - que o facto de elas terem sido aglomeradas à volta de um programa especial da Ilha de S. Miguel, correspondia, por um lado, a dar para o exterior determinado tipo de mensagem, que me parece a única razão possível pela qual se possa ter colocado este Programa 66 com aquele elenco de acções a desenvolver.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** E acha uma razão injusta, Sr. Deputado?!

**O Orador:** Não! O que eu acho é que não se deve dizer aos açorianos, porque é o resultado desta mensagem:

"Caros habitantes dos Açores e das restantes oito ilhas, agora é a vez de S. Miguel porque, eventualmente, até agora, nós tivemos prejudicados!"

É isso que eu acho que não se deve dizer aos açorianos porque, essas acções a desenvolver, são justas e são necessárias, mas não devem estar sob uma filosofia de planeamento de como quem diz: "Agora é S. Miguel! Os outros que

esperem"! Não pode ser esse tipo de formulações!

**Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos):** O Plano não traduz isso!

**O Orador:** É evidente que ninguém pode esperar que a distribuição espacial das despesas ainda não é nada que coloque raciocínios desse tipo. Não é, naturalmente! Mas o facto de, agora, se virem adicionar estas questões desta forma, é que pretende tirar um efeito especial deste programa, que não tem a ver com a realização efectiva dessas obras que deviam estar previstas no planeamento nos tempos normais.

E, Sr. Deputado Carlos Teixeira, se esses problemas existem em S. Miguel, existem por uma razão muito clara: existem porque é evidente que os Açores se desenvolveram - e os problemas de pobreza não são só em Ponta Delgada; eu refiro-me aos problemas de pobreza - mas, se quiser, na componente de infraestruturas no que diz respeito a Ponta Delgada, eu já lhe disse as razões pelas quais são necessárias infraestruturas, agora, que não eram necessárias há uns anos atrás! Já lhe disse e não fui eu que o disse: foi a leitura que fiz de um panfleto eleitoral do Partido Socialista!

O que está em causa é que, por razões várias, entre as quais o facto de não ter sido dada resposta, em termos de política, aos problemas de crescimento económico, de progressão demográfica, ao facto de a própria estratégia de desenvolvimento não ter tido em conta a necessidade de que esse desenvolvimento, dentro do próprio espaço da ilha, se fizesse de forma a que não se acentuassem desigualdades, o facto destes pequenos considerandos desculpáveis numa estratégia em que se parte do zero, mas que existem, o facto destes condicionamentos não terem sido colocados a par do crescimento económico na Ilha de S. Miguel, provocaram uma situação em que, em muitos casos - isso tem que ser reconhecido porque é a verdade - houve pessoas que ficaram muito melhor do que estavam, sem dúvida, mas houve pessoas que, por essas mesmas razões, ficaram muito pior do que estavam, porque cavou-se um fosso entre aqueles que estavam pior e os que estavam melhor.

Cavou-se! E à medida do tempo e à medida que as coisas evoluem, à medida que são dadas às pessoas novas possibilidades, novos recursos, novas potencialidades para elas próprias usufruírem em termos sociais, vai-se notando, cada vez mais, que uns têm resposta pessoal para fruir essa modernidade e fruir essas novas condições criadas e outros não têm essas condições. Isso é patente no que diz respeito à Ilha de S. Miguel de forma mais vincada do que o era anteriormente!

Se me perguntarem se os Açores estão melhor do que estavam, eu respondo sempre que "os Açores

estão melhor do que estavam".

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** E de uma maneira incrível!

**O Orador:** Naturalmente que devem estar melhores! E já disse, nesta mesma Câmara, que também ficaram melhores com o "Plano dos Centenários" nas escolas do que estavam antes! Não é essa a questão que está em causa!

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** O Sr. Deputado nem sequer existia nessa altura!

**O Orador:** É isso mesmo! É o tempo!

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** Comparar os "centenários" com aquilo é realmente uma coisa linda, não é?!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, era esta apenas a mensagem que eu vos queria transmitir.

O PSD que não se cristalice à volta desse Programa só com a intenção de dizer nas próximas eleições: "Fomos nós que o propusemos! Somos nós que o quisemos! Os partidos da oposição queriam dizimá-lo!"

Não! O que é preciso é que fique a verdade! Há razões aqui em que divergimos mas, no essencial, e da parte do Partido Socialista, nós entendemos que há infraestruturas que têm que arrancar imediatamente sob a responsabilidade do Governo e o problema da pobreza tem que ser resolvido, para já com a verba cautelhar e, depois, no ano de 1988, com a possibilidade dessa verba permitir a execução do Plano Integrado da Ilha de S. Miguel.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cruz.

**Deputado Jorge Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Queria também contribuir com algumas questões para este debate sobre o Programa Especial para S. Miguel com duas aproximações ao problema: uma delas é decorrente de uma intervenção feita na tribuna pelo Sr. Deputado Carlos César, que referiu, explicitamente, que, se tivesse havido prioridades correctas, as distorções e os problemas não tinham aparecido em S. Miguel.

A nosso ver é uma afirmação gratuita e deriva de uma política que efectivamente a nossa é bem diferente desta. Já foram aqui apontadas algumas razões em abono desta questão, as quais podem resumir-se da seguinte forma:

A estratégia política de desenvolvimento da Região de forma harmoniosa, ou qualquer estratégia política de desenvolvimento harmonioso, pressupõe o sacrifício de determinadas parcelas em relação a outras. E nesse pressuposto o Governo Social Democrata sabe perfeitamente, tem consciência perfeita de que essa estratégia redundou, não só em S. Miguel, mas também nalgumas distor-

ções a nível do desenvolvimento urbano dos Açores. Não foi só em Ponta Delgada, mas noutras ilhas também, embora tenha tido particular incidência em Ponta Delgada derivado de razões já aqui focadas e que têm a ver com o seu desenvolvimento económico e social!

Outra questão que queria trazer à consideração da Câmara e que se relaciona com a denominação do programa e com o relevo político que é dado a ele - que é um relevo essencialmente político - a meu ver, também tem a ver com uma questão que o Sr. Deputado Carlos César quis aqui, de certa forma, colocar ou quis fazer-nos aproximar à sua ideia...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Muito bem!

**O Orador:** ...que é a de que as ilhas estariam, neste momento, a perguntar ou a dizer a S. Miguel: "Chegou finalmente a vossa vez!" - isto é o nosso pressuposto.

A nossa visão sobre essa matéria é uma visão perfeitamente diferente.

**Deputado Carlos César (PSD):** Vocês é que estão a dizer isso! Foi o Sr. Deputado Carlos Teixeira que disse!

**O Orador:** E é diferente pela seguinte razão: porque nós estamos no sentido contrário, ou seja, dizemos que as ilhas e S. Miguel estão ambas satisfeitas, cada uma à sua maneira...

**Deputado José Manuel Bettencourt (PS):** As ilhas e S. Miguel?! Essa é boa!!!

**O Orador:** As ilhas estão satisfeitas de terem um desenvolvimento harmonioso resultante de uma política do Governo Regional e S. Miguel orgulha-se de ter contribuído para essa política.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Sobre esta questão não podia deixar de registar também um ou dois apontamentos. Na tribuna marquei a posição do meu partido sobre este problema, mas gostaria aqui de frisar este aspecto.

O Governo Regional ao propor - como chamou (e muito bem) o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro - este programa que, formalmente, é uma coisa que não se percebe bem o que é - é um bocado anormal - programa esse chamado de "aceleração da resolução de problemas de particular gravidade na Ilha de S. Miguel" procura, desta forma, em ano de eleições, dar uma imagem especial e política e o Sr. Presidente do Governo disse aqui, em aparte, que "era uma imagem justa". Não é uma imagem justa porque o Governo Regional, ao longo dos anos, quando partidos da oposição, personalidades diversas, Órgãos de Comunicação Social, organizações de cidadãos, pessoas individualmente consideradas, levantavam estas questões,

todas eram incompreendidas, eram caluniadas, diziam que não era assim, que não era assado, que estava tudo muito bem e que estava tudo a progredir.

Entretanto, não estava nada muito bem, não estava nada a progredir, as coisas complicaram-se, esta Assembleia, através de uma Comissão sua, toma posição, os partidos da oposição levantaram esse problema diversas vezes, alguns deputados da maioria também se manifestaram nesse sentido e, então, o Governo, oportunisticamente, propõe, de uma forma especial, aquilo que, obrigatoriamente, tinha que fazer. E põe de uma forma especial para tirar um efeito especial! É isso que não é aceitável, Sr. Presidente, porque o que está proposto aqui é justo e é necessário, mas tem programas próprios! O que não tem um programa próprio é a questão da habitação!

Não concordo, neste particular, com o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, porque não tem um programa próprio e não pode ser situado a nível de um projecto porque a política de habitação tem que ter uma inflexão para resolver, no futuro, os problemas das classes e camadas mais desfavorecidas.

A política actual não tem, mas tem que ter, esta vertente! Portanto, crie-se um programa, para já, a título de urgência, e no próximo PMP a título definitivo, e que cubra toda a Região, para desenvolver esta vertente!

**Secretário Regional do Equipamento Social** (Germano Domingos): Já tem, o Sr. Deputado é que não sabe!

**O Orador:** O Governo Regional e o PSD não têm o direito de usar esta situação como trunfo eleitoral!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Terei que, a propósito da intervenção do Sr. Deputado Carlos César que, com toda a legitimidade, procurou trazer uma contribuição positiva a esta Câmara relativamente ao Sector da Habitação, Urbanismo e Ambiente, extravasar um pouco a nossa ordem de trabalhos para saltar para a discussão de um assunto que está colocado, creio eu, um pouco mais adiante no Programa 66.

É evidente que não vem nenhum mal ao mundo por isso! Só que, depois, quando chegarmos ao programa próprio, teremos que voltar atrás a todos estes assuntos. Penso que era necessária uma certa contenção nesta matéria, para que não extravasemos também a forma do nosso debate.

De qualquer forma, e sem qualquer problema em ir a pouco e pouco debatendo estas coisas, até porque elas são úteis, valerá a pena também

pôr nisto uma visão não tanto pessimista quanto aqui se põe.

Penso que as questões que se levantam rigorosamente não se colocam na substância da questão, na existência ou não das verbas destinadas aos fins em vista, mas estão mais na questão processual...

**Deputado José Decq Mota** (PCP): Processual e propagandística!

**O Orador:** ...se deviam estar num programa em separado ou se deviam estar incluídas noutras verbas.

A posição parece-me que resulta claramente da necessidade de uma coisa que me parece importante: já tem sido várias vezes apontado que este Plano que estamos a discutir deriva e tem um enquadramento mais lato no Plano de Médio Prazo que contempla determinadas acções, que contempla determinados objectivos, que contempla determinadas prioridades, inclusivamente em termos de alguns dos programas que não estão contemplados, os quais se podem encaixar nisto.

Por outro lado, há questões de execução deste programa que podem necessariamente fazer com que o Governo recorra, como tem recorrido noutras ocasiões, para programas especiais - que também ainda estão contemplados no Programa do Governo - a estruturas próprias que façam andar esses programas de maneira mais rápida, de maneira mais eficiente, procurando ultrapassar, com a rapidez de execução, a carência que vem de situações que, efectivamente, são detectadas.

O Sr. Deputado Carlos César chamou a atenção para um assunto que me parece importante: é que, por vezes, o desenvolvimento económico, feito de uma forma mais acelerada ou mais aquecida, pode provocar algumas distorções de ordem social por incapacidade de adaptação atempada das pessoas.

Ora, se reconhecemos isto, se a Câmara já votou inclusivamente a constituição de uma Comissão Especial para observar, para debater e estudar estes assuntos, se inclusivamente daquilo que vier a sair dessa Comissão podem vir a servir-se das verbas que estão neste programa, o que parece é que estas verbas e este programa não podem ser misturados com verbas idênticas de programas idênticos que fazem parte da rotina dos investimentos das diversas Secretarias e das diversas entidades que são encarregadas da sua execução.

**Deputado Carlos César** (PS): Só 200 mil é que têm a ver com o Plano!

**O Orador:** Eu penso, Sr. Deputado, que o problema não está aí, e quando estou a falar não estou rigorosamente a responder ao Sr. Deputado Carlos César, mas há uma proposta na Mesa da Assembleia, entregue pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro - e só faço menção a ela porque ele também já

fez menção a essa mesma proposta - que, pura e simplesmente, desagrega do Programa 66 todas as verbas para as consignar às verbas próprias, aos programas próprios de cada situação.

Penso, portanto, que estamos em situações, a meu ver, de conseguir um objectivo. O objectivo é reforçar - e assumimos isso com toda a clareza e não há discussão na Câmara sobre esse assunto - as verbas próprias para os investimentos na Ilha de S. Miguel no sentido de, com a maior rapidez e a maior eficácia, ultrapassar algumas carências que, ao longo destes últimos anos, se têm verificado, e esta situação não pode compadecer-se com a rotina normal das execuções, por vezes, dos restantes planos e dos restantes projectos.

Assim, penso que, a um ano de distância, não vamos pôr epítetos nem chamar nomes a esta distinção que aqui se faz. Penso que esta é uma fórmula que foi acertada, ela está perfeitamente definida e julgo que é perfeitamente aceitável.

Muito obrigado.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Eu tinha uma série de respostas para dar ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, mas o meu líder parlamentar, o Deputado Madruga da Costa, já transmitiu a ideia que eu tinha sobre este Programa Especial nº 66.

Assim, e nessa sequência, eu prescindia de dar a resposta ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cingir-me-ei agora exclusivamente à intervenção do Sr. Deputado Madruga da Costa e começando pelo último aspecto que o Sr. Deputado referiu, ou seja, que essas acções não se compadecem com a integração no normal funcionamento dos serviços e com a rotina dos mesmos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Madruga da Costa:

Vamos aos caminhos de penetração: estão aqui 500 mil contos! Pergunto:

- Essa verba vai ser executada pelo tal grupo especial que estuda o problema das bolsas de pobreza em S. Miguel? Obviamente que não!

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** O que é que tem a ver uma coisa com a outra, Sr. Deputado?

**O Orador:** Evidentemente que, se o Sr. Presiden-

te do Governo Regional pudesse defender sozinho esse programa, estou convencido de que ele teria uma defesa mais capaz do que está acontecendo. O mal para o Governo é que não pode ser só o Sr. Presidente do Governo a fazer a defesa desse programa!

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Também a faz, com certeza!

**O Orador:** Mas o mal, para seu bem, é que, não o fazendo...

(Risos do PCP)

**O Orador:** ...obriga-nos a ter que ouvir coisas como a gente já ouviu hoje aqui que são coisas que nos arrepiam, mas estamos preparados para isso.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Foram ditas coisas muito certas!

**O Orador:** Algumas, nomeadamente as minhas!

(Risos da Câmara)

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na verdade, o Sr. Deputado Madruga da Costa fez especial referência ao combate às bolsas de pobreza, que está aqui tratado como um projecto, ou seja, como um conteúdo desse programa, intersectorial e, enfim, para nosso entendimento, tenho que o considerar como projecto.

O Sr. Deputado Decq Mota, há bocadinho, anunciou que, nesse particular, divergia do nosso ponto de vista. O que eu quero dizer é que, ao propormos as alterações que estão presentes na Assembleia, limitamo-nos a dar o relevo que o próprio Governo deu ao combate às bolsas de pobreza: que foi tratá-los a nível de projecto e não a nível de programa.

Relativamente às nossas propostas - e aqui estaria a responder simultaneamente ao Sr. Deputado Madruga da Costa - declaro, desde já, que estamos abertos - e isto parece-me positivo; esta Câmara às vezes esquece-se que há a possibilidade de diálogo - mas declaro formalmente que estamos abertos ao diálogo. Se for necessário - e até ponderámos isso antes de apresentar as propostas - retirar aqueles projectos sectoriais que ali estão e pô-los no lugar certo e dar dignidade de programa especial a uma coisa que hoje é o "projecto de combate às bolsas de pobreza" e de que o Sr. Deputado Decq Mota indicou um pouco a sua posição, desde já declaramos que, se apoiamos também o facto de termos desagregado todos aqueles projectos pelas suas casas, foi pura e simplesmente seguindo um pouco aquilo que o Governo nos tinha indicado. Mas até admito e era importante que esta Assembleia demonstrasse ao Governo que está mais preocupado com isso do que o próprio Governo e lhe desse o estatuto de programa e, então sim, seria "o Programa 66 de combate às bolsas de pobreza



principalmente em matéria de habitação". Tem já o nosso apoio e não se fala mais no assunto!

Feito este esclarecimento - e relativamente às questões levantadas pelo Sr. Deputado Madruga da Costa - eu estou a imaginar que meio milhão de contos para caminhos de penetração em Ponta Delgada, em S. Miguel, associado ao Programa 30 - Infraestruturas - que tem 700 mil contos de dotação para caminhos de penetração, dos quais 233 mil em S. Miguel, eu pergunto:

- Quem é que vai executar mais esse meio milhão de caminhos de penetração em S. Miguel?

Eu estou confiante - embora o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas não esteja presente - de que ele ainda não abriu mão dessa competência. Portanto, isto vai ser executado pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, possivelmente!

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, isto vai para a rotina dos serviços: é mais meio milhão de contos para aquele projecto dentro do Programa 30! E o mesmo se dirá do património arquitectónico:

- Quem é que vai executar isso? Quem é que vai executar as vias de acesso a Ponta Delgada?

Esse programa de estradas regionais já tem uma verba normal de 1 milhão e 800 mil contos. A nossa proposta é tão simples: foi só passar 1 milhão e 800 mil contos para 2 milhões e 500 mil! A Secretaria executora é a mesma! É a rotina dos serviços no bom sentido! Felizmente que a Secretaria Regional do Equipamento Social já tem feito obras de relevo na Região; há grandes projectos feitos pela Secretaria Regional do Equipamento Social e, até agora, ela soube-os fazer! Portanto, também serão os seus técnicos a fazer as vias de acesso a Ponta Delgada ou, como está aqui dito, "vão acelerar".

O que não é rotina, Sr. Presidente e Srs. Deputados - e aqui tenho que discordar frontalmente do Sr. Deputado Madruga da Costa - é o combate às bolsas de pobreza e, infelizmente, quem propõe isso não convence esta Câmara dessas razões. Isso já foi dito por todos os Srs. Deputados, ou pelo menos por aqueles que já denunciaram isso, e uma das últimas foi clara: isto tem intuítos meramente eleitorais! Mas tenhamos cuidado: o PSD tem a maioria, o PSD tem o Governo, mas os 50 milhões de contos não são do PSD, mas, sim, do Orçamento da Região, apesar de apoiados e apenas com o suporte da maioria do PSD! E é essa tentação, essa confusão permanente e esse aproveitamento do Orçamento Regional para fins eleitorais, para fins específicos, que não pode ser justo e, quer queiramos quer não, isto tem que ficar muito claro e muito denunciado nesta Assembleia.

**Presidente:** Srs. Deputados, não havendo mais inscrições sobre este assunto, vamos passar

a outra área...

Desculpe, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra?...

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nunca imaginei que isto acabasse com esta minha posição. Enfim, sempre esperei que o Governo, pelo menos, respondesse a perguntas concretas que coloquei aqui - concretas e simples - nomeadamente na área em que estamos a trabalhar, que é a área do Equipamento Social.

Gostaria que o Governo se pronunciasse sobre isso e me demonstrasse os inconvenientes relativamente à integração destes projectos nas suas áreas próprias - nomeadamente da parte do Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Como disse o Sr. Deputado Madruga da Costa, consideramos que a sua defesa foi muito proficiente!

**O Orador:** E mais, permita-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados...

**Presidente:** Tem a palavra.

**O Orador:** Eu estou-me a esforçar para conseguir do Governo aquilo que todos nós ansiamos. E vou entrar em mais um domínio:

Todos nós sabemos as regras de classificação orçamental daqui resultantes e, por conseguinte, a rigidez com que as dotações, dentro de cada programa, ficam sujeitas.

Na nossa proposta de alteração tivemos o cuidado - e a sua redacção o traduz - de que a Região - no caso em apreço mais propriamente S. Miguel pelas necessidades que estão tratadas - beneficie integralmente dessa dotação. E ainda podemos pôr a hipótese: uma vez que está demonstrado que isto tem intenções meramente de fachada ou meramente eleitorais para a Comunicação Social consumir, uma vez que foi ela que detectou, e para algum eleitor e algum cidadão menos incauto também digerir ou ingerir, uma vez que tem essa intenção, corre-se aqui um risco muito grave, que é o das pessoas convencerem-se de que a Ilha de S. Miguel vai beneficiar de uma coisa grande, de imediato, e, na prática, quando virmos o Relatório de Execução do 1º semestre, nada se tiver executado ou pouco tiver sido executado.

Agora, que está aqui o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, eu pergunto:

- O que é se que vai realizar primeiro: são os 200 mil contos que tem para S. Miguel no programa normal de caminhos de penetração ou são os 500 mil contos?

Isto é um primeiro desafio em matéria de prioridades:

- Quais são os caminhos mais importantes? Estão no programa normal, ou estão no programa eleitoral?

É bom que se vá dizendo isto à Câmara porque

pode haver caminhos do programa normal que, por limitação de verba do seu programa, tenham que sofrer atrasos, tenham que sofrer contenção, quando há uma verba ao lado, do programa especial, que não avança porque são projectos mais atrasados.

Portanto, haveria toda a vantagem - e isto é típico do Executivo - em o Governo Regional, que sistematicamente nos tem prendado aqui com "sacos azuis", sempre que possível, que faz um esforço que eu compreendo, na óptica do Executivo...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Sacos azuis e brancos, Sr. Deputado!

**O Orador:** Eu compreendo, Sr. Presidente! O que o Governo faz, qualquer um faria: que é tentar ter a maior elasticidade possível - - isso é humano, a gente não condena, a gente percebe, outras coisas é que não percebemos - ...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Olha quem fala!!!

**O Orador:** ...mas compreendemos que o Governo queira uma dotação global para se poder movimentar à vontade.

Isso é normal! O nosso papel aqui é tentar restringir isso sempre que possível, e ficamos agora confrontados com essa anormalidade que justifica o "programa anormal": o Governo fica com uma pequena fatia no seu programa normal e cria um saco azul de meio milhão de contos. Esse saco azul pode fazer falta à Secretaria da Agricultura e Pescas para caminhos de penetração.

E digo mais: mesmo que em S. Miguel não se conseguisse arrancar com esses caminhos, se houver possibilidades dessa verba ser aplicada em S. Jorge durante o ano de 88, não seria também justo, Sr. Presidente, que essa verba fosse para S. Jorge - isto no caso de se verificar a impossibilidade de ela ser executada em S. Miguel - uma vez que o Governo faz todos os anos transferências de verbas?

A nossa solução é a solução lógica: se o Governo não puder aplicar em S. Miguel, como é sua prioridade, que aplique no Faial, no Pico, em S. Jorge, na Terceira nas Flores... se é que o Governo ainda considera as Flores no território regional!

(Risos do PS, CDS e PCP)

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** As Flores e o Corvo!

**O Orador:** Temos razão para pensar isso, porque não ouvimos falar em nenhum programa especial para as Flores. Nunca ouvimos falar nisso, Sr. Presidente!

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Espere que lá chegaremos!

**O Orador:** Mesmo quando são as autarquias

a exigir alguma coisa às tantas da madrugada, ainda não ouvimos resposta a isso!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ainda há esse fundamento: o fundamento de gestão! Os organismos executores só ganham se tiverem aquela verba para atingirem uma execução no sector, uma execução, enfim, maximizada.

É o último desafio que lançamos ao Governo. Gostaria que o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social ou o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, se pudessem, me dessem algum contributo para esta questão, com essa abertura, com essa frontalidade.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** O Governo é mudo!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Programa Especial para S. Miguel que o Governo inclui na sua proposta de Plano, apresentada a esta Casa, é uma das mais interessantes inovações que ele contém.

**Deputado Carlos César (PS):** Essa é para a televisão!

**O Orador:** Para a televisão e sobretudo para o povo, Sr. Deputado Carlos César!

É preciso que se saiba que o Governo Regional assume, com todo o rigor, as suas responsabilidades perante o conjunto da Região, levando para a frente um programa continuado, bem estruturado, de desenvolvimento económico-social, cujos resultados estão à vista de todos.

Os problemas especiais que na Ilha de S. Miguel o Governo Regional detecta e para os quais propõe uma medida especial desta Assembleia, são problemas sentidos também, de maneira solidária, por toda a Região. Não se trata de jogar em bairrismos! Alguns dos que se erguem contra o Governo sabem bem disto: o Governo conduz a política de desenvolvimento da Região na perspectiva - repito - solidária, como um desafio que é lançado a todo o Povo Açoriano e ao qual nós estamos todos dispostos a responder!

Tal como agora se sentem na opinião pública **em toda a Região** - insisto - e até com tanto reflexo nesta Casa, de uma maneira tão especial, problemas que dizem respeito à Ilha de S. Miguel, noutras alturas todos nós nos solidarizamos, unanimemente, como se fôssemos um homem só, quando surgiram problemas de especial gravidade nalgumas outras das nossas ilhas.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

**O Orador:** E esta experiência ensinou-nos muito em termos que estão a ser benéficos para todas as ilhas da Região. Não vejo por isto razão alguma no encarniçamento com que os deputa-

dos da oposição atacam este programa, felizmente também rebatido com vigor pelos deputados da maioria - por todos eles.

Este programa é justo! O processo de intenções que os deputados da oposição lhe fazem é infundamentado; merece, por isso mesmo, ser rejeitado de maneira frontal e absoluta. O Governo está ao serviço do povo que o mandatou para tal e que o legitimou, permanentemente, ao longo destes anos todos!

Os Srs. Deputados da oposição melhor fariam em apreciar com cautela as suas próprias posições face ao eleitorado.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Não precisamos das suas recomendações!

**O Orador:** Mas elas não deixam de ser feitas com boa intenção, Sr. Deputado!

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Deixe a nossa actuação com nós próprios!

**O Orador:** Apetece-me, a esse respeito, lembrar uma máxima que há pouco me foi aqui soprada por um dos Srs. Secretários Regionais...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Eles estão aí é para soprar, não é para mais nada! São uns "sopradores"!

**O Orador:** ...e que funciona como um belíssimo "Espírito Santo de orelhas" - como se costuma dizer.

Quando o adversário nos ataca e com quanto mais vigor ele nos ataca, é sinal de que estamos no bom caminho!

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A forma como estava evoluindo o debate e a incapacidade demonstrada pelo Grupo Parlamentar do PSD em defender a sua dama, e pelos Srs. Secretários Regionais em, no fundo, tentarem explicar aquilo que, sem ofensa, acredito que alguns ainda não perceberam - e repito, sem qualquer ofensa, mas estamos a olhar-nos todos olhos nos olhos e estou certo que alguns dos Srs. Secretários Regionais ainda vão ter que receber instruções rigorosas no sentido de saber como é que tudo isso se vai encaixar - evidentemente que - e nós já o tínhamos dito, já o tínhamos previsto - só o Sr. Presidente do Governo Regional é que estaria à altura de fazer a defesa desse programa.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Pronto! Ótimo!

**O Orador:** Já o sabíamos!

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Se a ideia for dele, ele defende-a!

**O Orador:** A ideia foi do Sr. Presidente do

Governo! Mas ainda bem! Eu pensei que fosse de algum Sr. Deputado que às vezes fala aí por trás...

(Risos do PS e do PCP)

**O Orador:** ...mas agora sei que não foi de nenhum Sr. Deputado mas, sim, do Sr. Presidente do Governo. Salvo seja a confusão!...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Esta ideia e muitas outras!

**O Orador:** Mas, como estava tentando dizer, já esperávamos e ansiávamos que o Sr. Presidente do Governo viesse a terreiro fazer essa declaração. E ficámos satisfeitos com isso porque o nosso receio era de que isso fizesse parte, depois, de uma comunicação à Região e que, depois de sairmos desta Casa, como acontece muitas vezes...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Mas é uma boa ideia!

(Risos do PSD)

O Sr. Deputado vai ser responsabilizado por ceder os pareceres da oposição quando eu, perante a Região, lhe fizer um apelo sobre essa matéria!

**O Orador:** Ficaria muito honrado com isso! Era mais uma sugestão; não era a primeira!

Se o Sr. Presidente usasse essa prerrogativa e tivesse a coragem de citar realmente donde tinha vindo a sugestão, eu acho que valia a pena, Sr. Presidente! Experimente!

**Deputado Fernando Faria (PSD):** É soprador?!

**O Orador:** Mas, como estava dizendo, o nosso receio era de que essa matéria não fosse discutida aqui como foi claramente dissecada e, como muitas outras, passasse aqui como gato sobre brasas e a gente amanhã fosse ouvir na rádio ou ver na televisão a posição do Sr. Presidente do Governo sobre a matéria.

Congratulo-me, Sr. Presidente, por realmente ter dito aqui, perante todos nós, os fundamentos e, no fundo, a filosofia desse programa, porque ficou claro e demonstrado que ele não tem razão de ser como programa.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** É uma opinião do Sr. Deputado!

**O Orador:** Ficou claríssimo e demonstrado, Sr. Presidente! O que o Sr. Presidente utilizou, ou melhor, as formas que utilizou no seu discurso levaram o meu colega a perguntar-me: "Estamos perante um encerramento dos debates"?

(Risos do PS, do PCP e do Sr. Presidente do Governo)

**O Orador:** E eu acautelei-o dizendo: "Não! Ainda não estamos perante o encerramento dos debates! O Sr. Presidente é que teve necessidade de puxar pela sua bancada, teve necessidade de obter aqui um voto político, um voto de confian-

ça - que está provado que o obtém sempre que o pede - mas não convence esta Assembleia nem convence o Povo dos Açores"!

**Presidente do Governo Regional** (Mota Amaral): O Sr. Deputado é que não consegue desenvencilhar-se da sua personalidade de técnico de planeamento!

(Risos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas** (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro** (CDS): Eu dispense, Sr. Presidente!

(Risos do PS e do PCP)

**O Orador:** Contrariamente àquilo que o Sr. Deputado pensa...

**Deputado Alvarino Pinheiro** (CDS): Penso agora?

**O Orador:** Não quer ouvir o esclarecimento?

**Deputado Alvarino Pinheiro** (CDS): Posso!

**O Orador:** É uma questão de boa educação! Mais nada!

**Deputado Alvarino Pinheiro** (CDS): Óptimo!

**O Orador:** Contrariamente àquilo que o Sr. Deputado pensa, o programa dos caminhos de penetração, que envolvem os 500 mil contos do programa específico para S. Miguel, já está em andamento.

Qual é a estratégia da construção deste programa? Existe uma verba de caminhos de penetração...

**Deputado Alvarino Pinheiro** (CDS): Já estão prontos, Sr. Secretário?!

(Risos do PS e do PCP)

**O Orador:** Ri melhor quem ri no fim, sabia?

**Deputado Alvarino Pinheiro** (CDS): Está a ver?!

**O Orador:** O Sr. Deputado quer ouvir ou não?

**Presidente do Governo Regional** (Mota Amaral): Não quer coisa nenhuma!

**O Orador:** É porque, se é assim, não dou explicação nenhuma porque não vale a pena.

Existe um programa de caminhos de penetração, da responsabilidade da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, que é executado por administração directa e existem acerca desse programa compromissos comunitários. Uma outra forma de executar caminhos de penetração, é fazê-lo através de empreitadas.

Tendo por base um programa que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas elaborou para 10 anos e extraíndo desse mesmo programa aqueles que a Secretaria vai executar em 88 e, por outro lado, também extraíndo desse programa aqueles que já foram executados, fica um remanescente de caminhos na Ilha de S. Miguel.

Esse remanescente de caminhos foi sujeito a uma primeira análise com todas as Câmaras Municipais da Ilha de S. Miguel em conjunto com a Associação de Agricultores e foi-lhes encomendado que nos indicassem as prioridades por concelho, num trabalho conjunto com a Associação de Agricultores, para 1988. Esse trabalho vai-nos ser entregue ainda durante o mês de Dezembro; posteriormente será entregue a uma empresa privada - ou a mais do que uma se for necessário - para elaborar os cadernos de encargos de acordo com os traçados previstos, e esperamos, no início do ano que vem, lançar os concursos públicos para a sua execução, ou seja, se tudo correr de acordo com o que foi planeado com antecipação, no início da Primavera os caminhos vão estar a ser executados.

Temo até que a verba de 500 mil contos possa não ser suficiente dadas as prioridades fornecidas pelas Câmaras e, como estes caminhos vão ser executados por empresas privadas, é muito mais rápida a sua aceleração.

Isto foi para esclarecer esta Câmara de que os 500 mil contos não estão num saco azul nem estão fora de qualquer atitude de planeamento. Eles foram sujeitos já a uma atitude de planeamento; todos os Presidentes das Câmaras de S. Miguel têm conhecimento das intenções desse planeamento; a Associação de Agricultores de S. Miguel tem intenções desse programa e desse planeamento e, portanto, nada foi feito em cima do joelho. As coisas estão feitas de acordo com aquilo que evidentemente o Sr. Deputado defende: um planeamento antecipado das coisas!

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições sobre esta matéria, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

**Secretário Regional da Administração Pública** (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Encontramo-nos, aqui e agora, a apreciar e a discutir o Plano do Governo para 1988.

É pois o último plano anual deste III Governo, no âmbito do seu mandato, e em execução do Plano a Médio Prazo 1985/1988, aprovado por esta Assembleia.

Dizem alguns dos Srs. Deputados da oposição que este Plano não traz propostas novas e que desenvolve acções já anteriormente anunciadas.

Pergunto-me se, na verdade, esta proposta de Plano Anual, que irá executar a última parcela do Plano a Médio Prazo, deveria tê-las.

Penso que não. Essa é uma questão que daqui a um ano os Srs. Deputados mais uma vez na oposição, e de certeza em menor número...

**Deputado Carlos Mendonça** (PS): Ver-se-á! Fica registado!

**O Orador:** ...terão oportunidade de discutir, aquando da apreciação do Programa do IV Governo

e do Plano a Médio Prazo 89/92.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Está a enganar-se, no fundo! Admita que também se engana!

**O Orador:** Sr. Deputado, de entre todos os deputados da oposição, eu teria muito gosto de revê-lo aqui para o ano mas, infelizmente, há muitos dos Srs. que não estarão cá!

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Mas estarão outros a substituí-los por vontade própria ou por força das circunstâncias!

**O Orador:** A Secretaria Regional da Administração Pública tem nesta proposta à sua responsabilidade um plano orçamentado em 1.153.000 contos que se dividiu por vários programas e projectos:

- O **Programa 17** - Apoio financeiro aos serviços sociais, 2 projectos do **Programa 19:** o Projecto 19.1 - Qualificação profissional do funcionalismo regional e o P.19.2 - Formação Profissional de Bombeiros e Pessoal de Protecção Civil.

- O **Programa 24** - Acções do Serviço Regional de Protecção Civil, com dois projectos: o 21.1 - Estudos científicos e de prevenção, e o 24.1 - telecomunicações e informática; o **Programa 25** - Apoio às Associações de Bombeiros e Serviços de Incêndio com dois projectos: o 25.1 - instalações da Associação de Bombeiros e Serviços de Incêndios e o 25.2 - Aquisição de equipamento para as Associações de Bombeiros e Serviços de Incêndio.

No âmbito da Administração Regional o **Programa 26** - que inclui dois projectos - **Desenvolvimento de técnicas de análise organizacional** - Estudos de implementação de técnicas de gestão e racionalização administrativa e criação e manutenção do ficheiro central de pessoal e informatização e, finalmente no âmbito de Administração Local o **Programa 62 - Cooperação técnica e financeira com a administração local** com três projectos: o 62.1 - Apoio financeiro ao saneamento básico - abastecimento de água, o 62.2 - Apoio técnico à gestão municipal, o 62.3 - Aquisição de mobiliário e equipamento para as juntas de freguesia.

Entendo, porém, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que sendo esta a última vez que o III Governo vem sujeitar à Assembleia Regional uma proposta de Plano e que 3 anos já são passados da aprovação do Plano a Médio Prazo, importa fazer um balanço do que se fez na área da responsabilidade da Secretaria Regional da Administração Pública.

Procurarei ser objectivo e apresentarei, sempre que fôr possível, dados quantitativos do grau de execução e cumprimento dos principais objectivos que então enunciámos.

Uma das áreas onde nos propusemos actuar foi na Administração Regional. A Administração Regional apesar de recente continua a enfermar de alguns dos defeitos e vícios da Administração Pública Portuguesa: é pesada, tem processos de actuação em muitos sectores tradicionais,

e tem falta de pessoal dirigente e de quadros técnicos devidamente qualificados.

O processo autonómico teve um desenvolvimento muito rápido desde 1976, com principal incidência no período 1978/79, em que se procedeu à grande transferência de serviços periféricos do Estado para a esfera de actuação dos órgãos de Governo próprio da Região.

O Governo possuía então uma administração de uma estrutura ainda incipiente e teve que muito rapidamente criar as estruturas que pudessem receber tão grande número de serviços e competências. Estruturou-se, como acontece em quase todas as situações semelhantes, segundo o modelo adoptado da Administração Central, com todas as consequências que daí advieram.

Dá que um dos objectivos enunciados há três anos foi o de desenvolver acções tendentes à modernização da Administração Regional.

Ao enunciarmos este objectivo tínhamos a plena consciência, e dissemo-lo na intervenção que aqui então fizemos, de que uma grande reforma administrativa não se consegue fazer a curto prazo, ela faz-se de um conjunto de pequenas medidas, de uma lenta mudança de mentalidades e não de medidas de carácter espectacular com reflexos imediatos muito significativos na vida quotidiana das populações.

Estabelecemos, assim, vários objectivos que temos vindo a desenvolver: São eles:

- O **prosseguimento da racionalização administrativa e a maior aproximação da administração da população administrada.**

- O **controle do crescimento dos efectivos do funcionalismo.**

- O **aumento da qualificação e da produtividade do funcionalismo.**

- A **implementação de incentivos para a fixação de pessoal mais carenciado.**

Não irei enunciar todas as medidas tomadas pela Secretaria Regional da Administração Pública nem pelos demais departamentos do Governo, a quem compete na sua área de responsabilidade desenvolver as acções de racionalização e modernização necessárias e que reconheço foram mais desenvolvidas em determinados sectores do que noutros.

Deste modo, destacarei, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as mais significativas:

Procedeu-se à revisão das orgânicas dos departamentos do Governo, faltando as da Secretaria Regional da Educação e Cultura e Secretaria Regional do Equipamento Social que serão aprovadas ainda este ano.

Essa revisão pretendeu clarificar as atribuições e competências dos serviços, evitando a sobreposição de estruturas e proporcionar maior autonomia e capacidade de decisão aos serviços desconcentrados.

Por outro lado, tendo presente o objectivo de conter o crescimento dos efectivos de pessoal, estruturaram-se porém os quadros de forma a contemplar o pessoal que se encontrava contratado há vários anos por falta de lugares.

Merece destaque e realce os avanços conseguidos nestes três anos na informatização da Administração Regional o que representa um salto qualitativo muito importante, havendo já um número significativo de departamentos que utilizam, com proveito, meios informáticos.

Quanto ao objectivo de aproximar a administração dos administrados, sensibilizaram-se todos os departamentos da Administração Regional para se implementarem circuitos de informação permanente aos cidadãos acerca dos serviços que lhe são prestados, nomeadamente através da divulgação de planos de actividades, guias informativos, melhoramento de serviços de atendimento/encaminhamento, sinalização dos serviços públicos, implementação de caixas de sugestões e reclamações.

Vai ser implementado ainda em 1987, um serviço de informação pelo telefone que esperamos será um precioso auxiliar dos cidadãos no seu relacionamento com a Administração Regional.

Está também em curso na Secretaria Regional da Administração Pública um projecto que pretende, utilizando a informática, acelerar as comunicações entre os departamentos do Governo através de um correio electrónico.

No que diz respeito ao aumento da qualificação e da produtividade do funcionalismo, para além de inúmeras acções de formação desenvolvidas por todos os departamentos do Governo, só no âmbito da Secretaria Regional da Administração Pública, foram realizadas 86 acções de formação, tendo participado 1 700 funcionários.

Paralelamente continuou-se o processo de regionalização dos monitores desses cursos. A percentagem de monitores regionais aumentou de 61% para 87% e alargou-se a realização dos cursos de S. Miguel, Terceira e Faial para as Ilhas do Pico, Graciosa, Santa Maria e S. Jorge.

Finalmente, quanto à implementação de incentivos para a fixação de pessoal o Governo tomou as seguintes medidas:

- Diminuiu as rendas das habitações do Governo destinadas a técnicos;
- Criou um conjunto importante de incentivos para o pessoal de saúde;
- Criou um conjunto de compensações para o transporte e instalação de funcionários;
- Criaram-se subsídios para o pessoal técnico e professores do ensino preparatório e secundário, para as ilhas ou zonas de mais difícil fixação.

Estas medidas tiveram resultados positivos na colocação de técnicos e professores nas ilhas menos desenvolvidas mas não foram suficientes para estancar a saída de técnicos e outro pessoal

qualificado da Administração Regional para outros sectores. É um problema que tem a ver fundamentalmente com o estatuto remuneratório da Função Pública e que ultrapassa as competências da Região.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O sector que mais verbas envolve no Plano da Secretaria Regional da Administração Pública é o do apoio financeiro ao saneamento básico e abastecimento de água às autarquias locais.

Em 1984 o sistema existente de apoio às autarquias neste tipo de investimento traduzia-se num esquema de bonificação da taxa de juro (que chegou a elevar-se a 19%) dos empréstimos municipais.

Esse apoio tinha sido responsável pela melhoria sensível da situação da população abrangida por rede pública de abastecimento de água que passou de 81%, em 1981 para 85% em 1984, mas mostrava-se insuficiente para conseguir resolver o problema da cobertura integral de toda a população da Região. Para atingir esse objectivo eram necessários 3,2 milhões de contos de investimentos o que ultrapassava largamente a capacidade financeira das autarquias que não conseguiram levar essa tarefa a cabo sem um maior e mais decidido apoio por parte do Governo Regional.

Em 1984, 37 mil pessoas não beneficiavam de rede pública de abastecimento de água e apenas 5 municípios tinham cobertura completa: Vila Franca, Horta, Santa Cruz e Lajes das Flores e Corvo. A extensão da rede era de cerca de 1 800 km e os municípios mais carenciados eram os da Ilha do Pico.

O III Governo fixou então como objectivo até fins do seu mandato auxiliar as Câmaras na cobertura integral de toda a população pela rede e a melhoria qualitativa da existente através de substituição das redes mais antigas, algumas com mais de 30 anos.

Para o efeito o Governo previu 1,9 milhões de contos no âmbito do Plano de Médio Prazo 1985/88 e fez aprovar na Assembleia Regional um novo esquema de cooperação financeira que, para além de manutenção do esquema de bonificação de juros, criava esquemas de cooperação mistos e directos que poderiam ir, consoante os casos, até a uma participação governamental de 90% das obras.

Com a aprovação, que se espera, por esta Assembleia da proposta de Plano para 1988, a dotação inicial para os quatro anos de 1 900 000 contos passará para 2 180 000 contos o que representa um aumento de mais 13,5%. Na execução deste importante programa e nos últimos 3 anos o Governo apoiou 26 novos projectos de abastecimento de água e esgotos no valor de 2 milhões de contos a uma taxa média de participação de cerca de 78%.

Em 1988, 96% da população estará abrangida por rede de abastecimento de água e a extensão de rede aumentará para cerca de 2 200 Kms.

Só não são atingidos os 100% porque houve alguns atrasos, não só na apresentação dos projectos municipais, como na emissão de alguns pareceres técnicos.

Estou, no entanto, convencido que ainda se conseguirá recuperar algum do atraso verificado até ao fim de 1988.

É evidente que para os Srs. Deputados da oposição só os 100% seriam aceitáveis porque seria o mínimo que conseguiriam fazer se estivessem no poder, mas em termos realistas e objectivos, e sem imodéstia poderei concluir que a concepção e execução deste programa foi um grande sucesso e só quem não vê ou não anda por cá, até porque estas obras têm consequências negativas na circulação das pessoas, é que desconhece o que está a ser feito neste domínio.

Ainda no que diz respeito ao apoio ao Poder Local, destaco as 17 acções de formação que se realizaram destinadas a eleitos locais e em que participaram 1 126 pessoas.

Saliento que, destas 17 acções de formação, 3 se destinaram a eleitos de juntas de freguesia, a que corresponderam 48 sessões, e participaram 667 pessoas e onde se abordaram temas como o recenseamento eleitoral, gestão financeira e contabilidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por fim cabe-me falar de outro importante sector que se encontra sob a responsabilidade da minha Secretaria Regional que é o do Serviço Regional de Protecção Civil e do Apoio às Associações de Bombeiros e Serviços de Incêndio.

Os Açores, situados numa zona de intensa actividade sísmica e vulcânica e igualmente localizados numa zona do Atlântico de grande instabilidade climática, têm absoluta necessidade de ter organizações convenientemente estruturadas e equipadas que não só preparem os planos de actuação, programas de prevenção e coordenem as acções em situações de calamidade, como possam, também, actuar de forma eficiente e rápida nas acções de protecção e socorro.

Essas entidades são o Serviço Regional de Protecção Civil e as Associações de Bombeiros.

Durante o triénio (85-87) para se atingirem os objectivos propostos e atendendo à experiência adquirida, houve que rever e aperfeiçoar o enquadramento orgânico da Protecção Civil, clarificando as suas competências, precisando a sua dependência e dotando-a de novos meios.

Como é do conhecimento desta Câmara foram levantadas grandes dificuldades pelo representante da soberania na Região na substituição e nomeação do novo Presidente do Serviço, bem como na entrada em vigor do diploma orgânico básico do serviço

que, depois de aprovado por esta Assembleia, foi declarado inconstitucional, só tendo sido publicado em Junho deste ano.

Apesar dessas contrariedades foram desenvolvidas várias acções de sensibilização às populações através de filmes (auto-protecção contra sismos, e em colaboração com a Secretaria Regional do Equipamento Social o de cuidados a ter com a limpeza das ribeiras, publicação de brochuras, diaporamas, banda desenhada, distribuição de horários escolares, avisos em bilhetes de futebol, listas telefónicas, etc.).

Realizaram-se estudos científicos da maior importância, como as cartas vulcanológicas e de risco sísmico-vulcânico de S. Miguel, Faial e S. Jorge, e está em curso, em colaboração com a Universidade dos Açores, o projecto de microzonagem sismovulcânica dos Açores.

Redefiniu-se a responsabilidade da montagem e manutenção de uma rede de vigilância sísmica nos Açores.

Executou-se o plano preliminar de telecomunicações de emergência, apoiaram-se várias associações que contribuem para o sistema de Protecção Civil e executaram-se, já, vários exercícios práticos de evacuação de pessoas em unidades fabris e em escolas.

Com a utilização da informática tem-se procedido ao levantamento dos meios e recursos da Região com vista a uma gestão correcta em situações de emergência e se detectarem as carências existentes a fim de poderem vir a ser eliminadas.

No que diz respeito às corporações de bombeiros, a polivalência da sua actuação, quer nas situações de rotina, quer nas situações de emergência, ultrapassando a conhecida participação na extinção de incêndios, tornam estas organizações a coluna vertebral do sistema de Protecção Civil nos Açores.

Daí que, uma das preocupações dos sucessivos governos tem sido a dinamização das associações humanitárias de bombeiros voluntários, constituindo uma rede tão extensa quanto possível, de forma a dotar a Região de um serviço de combate a incêndios e de criar uma estrutura de apoio ao Serviço Regional de Protecção Civil, com instalações, material e elementos humanos, com treino e aptos a uma intervenção rápida.

Durante estes últimos três anos e em continuação dum planeamento anterior criaram-se novos corpos de bombeiros na Praia da Vitória, Vila do Porto, Santa Cruz das Flores e Corvo, foram criadas as secções de bombeiros de Vila Franca do Campo, Lomba da Maia e Topo de forma a melhorar a capacidade de resposta respectivamente das corporações de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Calheta.

Concluíram-se as obras de construção do quartel das Velas e da Horta.

Concluíram-se os apoios às zonas sociais dos quartéis das Associações de S. Roque, Calheta, Povoação, Ribeira Grande e Angra do Heroísmo.

Encontra-se em fase de acabamento o polivalente da Lomba da Maia e iniciou-se o processo de construção dos quartéis da Praia da Vitória, Santa Cruz da Graciosa e Vila do Porto.

Em matéria de equipamento procedeu-se à aquisição de 18 viaturas de vários tipos e 12 conjuntos de material de desencarceramento, indispensáveis a trabalhos de desobstrução, socorro e salvamento.

No que diz respeito ao pessoal a Região conta com mais de 350 bombeiros cuja capacidade operacional vai aumentando gradualmente em função das acções de formação que lhes têm sido proporcionadas.

Na execução de todas estas acções o Governo Regional dispendeu de 85 a 87 uma verba de 428 mil contos, tendo as instalações representado 61% desta verba com 262 mil contos, o equipamento 35% com 149 mil contos e a formação 2% com 10 mil contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sem ter sido exaustivo tentei, no entanto, dar-vos uma visão tanto quanto possível completa da actuação nestes últimos três anos do departamento de que sou responsável e dar conta da execução dos programas e projectos que constam dos sucessivos Planos.

Não me cabe a função de julgar o que foi feito, outros o farão.

Tenho todavia uma noção clara do que se fez e do que se poderia ter feito.

Apesar de faltar ainda um ano para a conclusão do que me propus fazer, sinto alguma insatisfação pelo que não foi feito e talvez o pudesse ter sido, mas sem falta de modéstia e com objectividade penso que os principais objectivos que o Governo se propôs atingir no início do seu mandato foram em grande parte atingidos e em algumas áreas ultrapassados.

Subsistem problemas, é certo, há que enfrentá-los, houve coisas que ficaram menos bem resolvidas ou não se conseguiram ainda resolver. Lá chegaremos. Mas, o saldo é indiscutivelmente positivo. Não será concerteza a oposição que o irá reconhecer. Mas tenho a certeza que o Povo dos Açores daqui a um ano, quando nas urnas proceder ao julgamento decisivo da política deste Governo e do partido que o apoia, irá premiar o trabalho que foi feito e penalizar a actuação negativa, e sem alternativas dos partidos da oposição.

Tenho dito.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça para pedidos de esclarecimento

ao Sr. Secretário.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Pública:

A limitação do tempo é uma coisa terrível - o PS dispõe, neste momento, tão só de 1 hora e 50 minutos e o PSD de 4 horas e 45 minutos - o que não me permite, de modo nenhum, fazer uma intervenção - que não é de fundo, é de superfície - e, muito menos, fazer alguns considerandos, que julgaria extremamente importantes, às questões que desejo colocar ao Sr. Secretário que acabou de falar. E, com base nesses pressupostos, vou directamente às questões.

O Sr. Secretário deixou três preocupações, com as quais também eu comungo, e que são:

1ª - A pesada Administração Pública Regional que temos;

2ª - Os processos tradicionais que continuamos a usar;

3ª - A falta de técnicos.

É um dado adquirido e assumido por V. Exª nesta tribuna.

Em relação à 3ª, a questão é deveras complexa. Reconheço que algumas tentativas têm sido feitas por parte de V. Exª e do Governo no seu conjunto; reconheço que o resultado tem sido pouco para o desejado, mas permito-me tão só dizer que eu próprio - o Partido Socialista - outras vias encetaria para que os resultados pudessem ser melhores.

Em segundo lugar, o Sr. Secretário apontou, grosso modo, como objectivos a seguir na sua actuação no último ano de mandato deste III Governo Regional (e espero que não haja IV!) duas linhas de orientação - a racionalização da Administração Pública e a aproximação da Administração do povo - princípios que, na sua filosofia global, eu também subscrevo. Mas agora pergunto:

- Como é que V. Exª vai, de facto, aproximar a Administração do povo com o que acabou de citar - sinalizações nas Secretarias; caixas para colocações de sugestões (hoje em dia até uma carta anónima, sendo computadorizada, já se consegue detectar qual é a marca do computador, e nós sabemos o que isso representa, muito mais se for dactilografada ou manuscrita) e planos de actividades?

Eu recorro que, grosso modo, a população dos Açores - portanto, os administrados pelo Governo - é na ordem de 250 mil pessoas; eu recorro que, dessas 250 mil pessoas (dêem-me o benefício da dúvida), nem 10% têm percepção directa dos planos bem intencionados, bem elaborados que V. Exª eventualmente produza.

Sr. Secretário, as suas intenções podem ser boas, mas a sua transposição para a prática não resulta: não resultam sinalizações porque



isto não indica nada (se eu não souber onde é um corredor peço ao vizinho do lado que me diga qual é); não resultam caixinhas de surpresas porque as represálias, por vezes, podem ser prestadas, e, muito menos - e aqui é que está a minha principal preocupação e discordância com V. Exã - os planos de actividades.

Sim, porque os planos de actividades só chegam a meia dúzia de pessoas e nós temos que ter uma aproximação da Administração do povo na sua globalidade, para ele não ter que se ir socorrer, enfim, dos advogados, dos solicitadores, dos amigos e de tudo o que está por detrás disso!

Muito obrigado e desculpe o tempo que lhe roubei.

**Presidente:** Tem a a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para pedidos de esclarecimento.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu estava preparado para me congratular com a intervenção do Sr. Secretário Regional, não fosse aquele final realmente infeliz - e que foi infeliz de facto. E foi infeliz porque talvez o Sr. Secretário receasse sofrer alguns apoios da oposição e isso podia ser embaraçoso!...

(Risos da Câmara)

**O Orador:** A sua tática foi percebida: afastar os aplausos finais!

De qualquer maneira - e como o clima está assim temos que nos acautelar - eu queria pôr-lhe a seguinte questão:

O Sr. Secretário diagnosticou muito claramente o problema da falta de incentivos à fixação de pessoal e chegou mesmo ao ponto, com o realismo que o caracteriza e com alguma humildade (que fica bem!) dizer que, mesmo assim, não foi possível estancar, sobretudo ao nível dos quadros superiores, mas também em geral, a fuga de funcionalismo (sobretudo os mais capazes) para outros sectores. Realmente é a situação que nos caracteriza. Portanto, isso denota um descontentamento patente na função pública - e que o Sr. Secretário apontou - nomeadamente devido ao estatuto remuneratório.

- Além disso, e considerando que é do domínio comum a situação de desfavor em que a Região se encontra em matéria de custo de vida e sobretudo de aumento dos preços, perante o fenómeno da taxa de crescimento dos preços da inflação nos Açores ser superior à do Continente, o que agrava ainda mais o custo de vida na Região, não acha o Sr. Secretário que isso é um factor agravante a considerar aos outros que focou - e eu julgo que isso é objectivamente um factor agravante - e se não seria útil - na óptica do Sr. Secretário Regional e como Secretaria da tutela do funcionalismo regional - a Região

enveredar, definitivamente, por medidas que atenuem o diferencial dessa inflação e do custo de vida entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Pública para responder a estes pedidos de esclarecimento.

**Secretário Regional da Administração Pública (António Menezes):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Mendonça:

Agradeço-lhe as palavras com que afirma que concorda com a análise que fiz da nossa Administração.

Isto é um problema extremamente complexo! Não é só administrativo, mas também de ordem cultural. As pessoas estão muito ligadas à Administração que reconhecem que os pais e os avós conheceram e, por isso, é que eu não acredito muito em soluções importadas e trazidas de outras latitudes sem serem testadas à nossa idiosincrasia porque, realmente, estes problemas da Administração e da burocracia são muito complicados.

Temos uma Administração Pública que, na essência e na raiz, é a Administração Pública Portuguesa, com todos os defeitos que nós conhecemos. Corrigimos alguns e com a implementação da nossa Autonomia conseguimos desviar-nos de alguns desses problemas - e podia dizer-lhe aqui quais foram os que nós desviámos. Temos realmente um problema da falta de quadros, mas penso que esse será um dos objectivos da nossa Administração Regional que talvez terá maiores condições para ter uma gestão e um funcionamento mais virado para a resolução dos problemas dos cidadãos, porque há uma tendência universal (não é só nossa) de a Administração se fechar muito nos seus problemas e de não ter uma noção precisa de que está a prestar um serviço público: está a tentar resolver os problemas dos cidadãos e do povo e, muitas vezes, parece que pretendem apenas resolver os seus problemas e não tentam resolver os problemas do povo e criam dificuldades à vida dos administrados.

Dá a preocupação - que também o Sr. Deputado concorda - que este Governo teve de arranjar processos que facilitassem este relacionamento da Administração com o administrado. Foram tomadas várias medidas, em termos de instruções internas junto dos vários departamentos do Governo, e o Sr. Deputado não destacou aquela que me parece efectivamente a mais importante e que resolve uma objecção que o Sr. Deputado aqui fez: de que a maioria das pessoas não tem acesso a planos de actividade ou não vai pôr as suas reclamações ou sugestões nas caixas. Não concordo consigo nem tenho razões para suspeitar ou para ter medo de que essas caixas de sugestão sejam elementos de perseguição das pessoas! Eu não dramatizo esta situação!

Há, no entanto, um aspecto na minha intervenção que o Sr. Deputado não destacou e que me parece que devia ter destacado: é quando eu disse que ainda em 1987 vai ser montado um sistema de informações por telefone, gratuito, que vai ter um número de telefone - e não expliquei isso na minha intervenção mas já agora adianto-lhe - que vai ser anunciado até nos serviços de agenda da televisão, em que qualquer cidadão, pretendendo tratar de um assunto com a Administração Regional e não sabendo bem qual o serviço a que deve dirigir-se, pois irá a esse primeiro serviço que o ajudará.

É evidente que isto não vai resolver todos os problemas de relacionamento entre a Administração e o administrado, mas é um passo e, como disse na minha intervenção, é com pequenos passos que, ao fim de uns tempos, se consegue uma Administração substancialmente diferente.

Em relação ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, há-de aceitar que é perfeitamente normal que eu, como Secretário Regional - político como o Sr. Deputado também o é - nas minhas intervenções não deixe de ter também toques e afirmações de carácter político. Isso faz parte do funcionamento deste tipo de instituições.

O Sr. Deputado falou num aspecto muito importante, que é o da carência de quadros técnicos da Administração Pública: há liberdade no mercado, liberdade na oferta, a economia dos Açores tem estado a desenvolver-se, felizmente têm aparecido muitas iniciativas e, efectivamente, a Administração não tem capacidade para concorrer, em termos de vencimento, para determinadas categorias de funcionários com outros sectores de actividade. Daí que tenhamos tido alguns problemas com a saída de quadros e de técnicos.

Não está na nossa mão resolver completamente este problema, porque o estatuto remuneratório da função pública é fixado pelo Governo da República e o sistema de carreiras é o mesmo. Não é fácil ir por aí!

Quanto ao problema dos incentivos, esta própria Assembleia aprovou um diploma - ou melhor, há um decreto legislativo que permite - e estão criados os quadros legais necessários para serem criados vários tipos de incentivos.

Na minha intervenção tive oportunidade de enunciar alguns que foram aprovados por este Governo; outros serão possíveis e que cabem ainda no âmbito deste diploma.

Quanto ao problema dos vencimentos da função pública dos Açores serem aumentados numa percentagem superior, tendo em conta a inflação aqui existente, eu penso que não é a forma de resolver este problema. É um paliativo que não resolve a essência e o fulcro do problema, que é realmente o leque salarial da função pública ser extremamente apertado, e determinado tipo de categorias,

principalmente as dos quadros técnicos e pessoal dirigente, ganharem muito menos do que ganham noutros sectores de actividade.

Muito obrigado.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** O Sr. Secretário Regional acha justo haver ou não um acréscimo salarial?

**Presidente:** Srs. Deputados, estamos a aproximar-nos da nossa hora regimental. Assim, pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e Representantes dos outros partidos que viessem aqui à Mesa para resolvermos um problema relacionado com os nossos trabalhos.

(Pausa)

Srs. Deputados, está na hora regimental e, assim sendo, vamos encerrar os nossos trabalhos. A Assembleia continua na próxima quarta-feira, dia 2 de Dezembro, às 15.00 horas, com a continuação do debate sobre esta matéria.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa noite e até quarta-feira!

(Eram 20.00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Adelaide Teles, Madrugada da Costa).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - Álvaro Monjardino, Pacheco de Almeida, Helder Cunha, João Bernardo Rodrigues, Manuel Melo, Natalino Viveiros).

---

**A Redactora de 1ª Classe:** Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.